



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI  
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS – CSHNB  
LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

MARLEIDE ROCHA MOURA

**A FORMAÇÃO DA NAÇÃO BRASILEIRA SEGUNDO ANTONIO COELHO  
RODRIGUES: Discussões acerca dos meios e caminhos para a soberania nacional.**

PICOS – PI

2014

MARLEIDE ROCHA MOURA

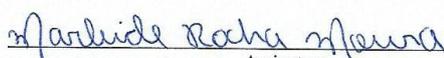
**A FORMAÇÃO DA NAÇÃO BRASILEIRA SEGUNDO ANTONIO COELHO  
RODRIGUES: Discussões acerca dos meios e caminhos para a soberania nacional.**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura  
Plena em História, do Campus Senador Helvídio  
Nunes de Barros, da Universidade Federal do Piauí,  
como requisito necessário para obtenção do grau de  
Licenciado em História.

Orientador: Prof. Ms. Francisco Gleison da Costa  
Monteiro

Eu, **Marleide Rocha Moura**, abaixo identificado(a) como autor(a), autorizo a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar, gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação abaixo discriminada, de minha autoria, em seu site, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, a partir da data de hoje.

Picos-PI, 20 de agosto de 2014.

  
Assinatura

**FICHA CATALOGRÁFICA**  
Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí  
Biblioteca José Albano de Macêdo

**M929f** Moura, Marleide Rocha.  
A Formação da nação brasileira segundo Antônio Coelho Rodrigues: discussões acerca dos meios e caminhos para a soberania nacional / Marleide Rocha Moura. – 2014.  
CD-ROM : 4 ¼ pol. (49 p.)  
  
Monografia(Licenciatura Plena em História) – Universidade Federal do Piauí. Picos-PI, 2014.  
Orientador(A): Prof. MSc. Francisco Gleison da Costa Monteiro  
  
1. Nação Brasileira 2. República. 3. Soberania. 4. Coelho Rodrigues. I. Título.

**CDD 981.05**

MARLEIDE ROCHA MOURA

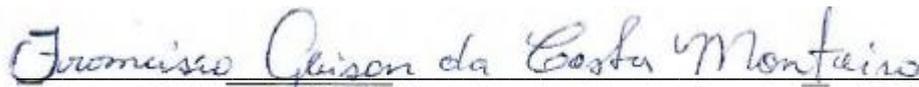
**A FORMAÇÃO DA NAÇÃO BRASILEIRA SEGUNDO ANTONIO COELHO RODRIGUES: Discussões acerca dos meios e caminhos para a soberania nacional.**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em História, do Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, da Universidade Federal do Piauí, como requisito necessário para obtenção do grau de Licenciada em História.

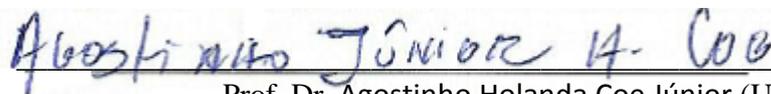
Orientador: Prof. Ms. Francisco Gleison da Costa Monteiro

Aprovada em: 07 / 08 / 2014

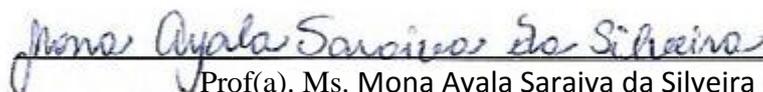
**BANCA EXAMINADORA**



Prof. Ms. Francisco Gleison da Costa Monteiro (UFPI)  
(Orientador)



Prof. Dr. Agostinho Holanda Coe Júnior (UFPI)  
(Examinador Interno)



Prof(a). Ms. Mona Ayala Saraiva da Silveira (UFPI)  
(Examinador Externo)

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de agradecer primeiramente a Deus, por ter sido a minha fortaleza e não me abandonar mesmo quando lhe virei às costas. Agradeço aos anjos que me deram a vida, minha mãe Maria Teresa e meu pai José Francisco, o amor incondicional e o apoio de vocês foi o meu maior incentivo. As minhas amadas irmãs, Mayra e Marlene, vocês são demais. Ao meu marido, Ricardo, pelo companheirismo e dedicação. Aos amigos adquiridos ao longo dessa jornada, em especial, Nívia e Priscila, que dividiram comigo as tristezas e alegrias ao longo desses anos, vocês são mais que amigas. Elnatã e Hildegardes vocês continuam concursados no nosso grupo, aos meus colegas de classe que ao longo do tempo se tornaram uma verdadeira família. A todos os professores que durante essa jornada se tornaram verdadeiros mestres, em especial a Johny Santana de Araújo, que possibilitou a realização deste trabalho; ao meu querido orientador Prof. Ms. Francisco Gleison da Costa Monteiro, pela dedicação. A todos vocês que tornaram possível esta conquista, obrigada!

“Há perto de quinze annos foi proclamada no Brazil a República Federal Representativa, e há mais de treze foi promulgada a sua Constituição. Já é tempo de pedir-lhes contas dos seus resultados.”

Antônio Coelho Rodrigues

## RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo entender as questões que culminaram com a proclamação da República e como este acontecimento foi recebido e analisado por Antônio Coelho Rodrigues. Buscaremos analisar seu projeto de Estado Nação descrito em sua obra “A República na América do Sul” (1906), confronta-o com os escritos de Manoel Bomfim contidos em seu livro “A América Latina: Males de Origem” (2008). Um dos pontos mais importantes de convergência entre os estudos Coelho Rodrigues e Manoel Bomfim a ser analisado nesse trabalho é quanto à necessidade do Brasil em se tornar uma Nação Soberana e de fato exercer o que eles consideram como a verdadeira democracia. Para entender um indivíduo, como nos diz Michel de Certeau (1998), é necessário entender as questões sociais que o definiram, pois nenhum discurso é livre de intencionalidade. Por fim, cabe salientar que como fruto das possibilidades de seu tempo, Coelho Rodrigues nos permite compreender através de seu discurso as questões que permeavam a comunidade letrada de fins do século XIX. Os estudos desses intelectuais nos legaram uma série de contribuições para o enriquecimento dos estudos sobre a História do país.

**Palavras-Chaves:** Nação. República. Soberania. Coelho Rodrigues.

## ABSTRACT

This research has the aim of understand the question that culminated with the proclamation of the Republic and how this event was seen and analyzed by Antônio Coelho Rodrigues. We try to analyze his project of State-nation described in his work “A República na América do Sul” (1906), confront it with the writings of Manoel Bonfim contained in his book “A América Latina: Males de Origem” (2008). One of the most important points of convergence between the studies of Coelho Rodrigues and Manoel Bomfim to be analyzed in this research is about the necessity of Brazil in become a sovereign nation and in fact exercise what they consider how the true democracy. To understand the individual, how tell us Michel de Certeau (1998), is necessary understand the social questions that defined it, because no one speech is free of intentionality. At last, it should be noted that as a result of the possibilities of his time, Coelho Rodrigues permit us understand through his speech the questions that permeated the literate community of final of XIX century. The studies of this intellectuals let us a serie of contributionsto enrichment of the studies about the history of the country.

**Key Words:** Nation. Republic. Sovereing. Coelho Rodrigues.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>CAPÍTULO I: IMPÉRIO X REPÚBLICA: UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>1.1 – Nacionalismo: um novo olhar.....</b>	<b>23</b>
<b>1.2- Antônio Coelho Rodrigues: um nacionalista incorrigível.....</b>	<b>25</b>
<b>CAPÍTULO II: INTELECTUAIS DO SÉCULO XIX E OS IDEAIS REPUBLICANOS.....</b>	<b>31</b>
<b>2.1 Uma Pequena Bibliografia.....</b>	<b>31</b>
<b>2.2 Subsídios para formação do Estado Nacional Brasileiro.....</b>	<b>33</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>46</b>
<b>FONTES.....</b>	<b>48</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>48</b>

## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa surgiu como fruto do trabalho desenvolvido pelo professor Dr. Johny Santana de Araújo, em conjunto com a Universidade Federal do Piauí, através do Programa de Iniciação Científica – PIBIC junto ao CNPQ, no qual fui bolsista. O referido trabalho tinha o objetivo de analisar o projeto de Estado-Nação proposto por Antônio Coelho Rodrigues em seu livro “A República na América do Sul”<sup>1</sup>. Tendo vivenciado o delicado momento de transição da Monarquia para a República, nos deixou como legado um brilhante estudo, no qual analisou as mazelas deixadas pelo antigo Império e que foram absorvidas pela recém-formada República.

Dessa forma, temos por intento inserir Antônio Coelho Rodrigues no rol dos intelectuais que pensaram o Estado Nacional Brasileiro. As idéias e trajetória política do intelectual piauiense ficaram relegadas ao silêncio, não apenas devido às inimizades que foram adquiridas no decorrer de sua vida política, mas também devido à cegueira dos historiadores que não reconhecem seu talento. A compreensão deste indivíduo se dará através da análise da obra “A República na América do Sul” de sua autoria, que trás uma serie de idéias concernentes à implantação do regime Republicano no país. Pois como afirma Emilia Viotti da Costa, “é um livro cheio de idéias sugestivas”<sup>2</sup>, que nos permite entender o processo de transformação enfrentado pela sociedade brasileira.

A temática abordada se desenvolve no período que compreende o final do século XIX e início do século XX, que marca não apenas um momento delicado onde o sistema vigente não dava conta de sanar os problemas econômicos, mas surge também a necessidade de avaliar os rumos que o país estava tomando. O sistema monárquico encontrava-se com suas bases de sustentação abaladas, pois com a abolição da escravidão, ou mesmo antes disso, a economia do período fica desestabilizada e a classe dominante que dependia da mão de obra escrava entra em desacordo com a monarquia<sup>3</sup>.

Outro fator importante que também contribuiu para a indisposição do regime monárquico no país foi o descaso com que o Exército era tratado, além do surgimento das idéias republicanas que tomavam grande espaço no momento. O regime Republicano que se

---

<sup>1</sup>RODRIGUES, A. Coelho. **A República na America do Sul ou Um Pouco de Historia e Critica**. 2ª Ed. Suissa: BENZIGER & Co. S. A., 1906.

<sup>2</sup> COSTA, Emilia Viotte da. **Da monarquia e Republica: momentos decisivos**. São Paulo: UNESP, 1998.

<sup>3</sup> Ibid.

apresenta na ocasião como a forma normal de acesso à independência de uma colônia,<sup>4</sup> ganha fôlego nos discursos difundidos no país.

Através da insatisfação com a Monarquia e o interesse na implantação da República, surge a necessidade de criar um novo imaginário que justificasse a implantação desse novo modelo de governo. Por consequência, o esforço dos intelectuais estava completamente voltado para a criação de um novo ideário nacionalista que mantivesse o país unido e afirmasse a sua soberania perante os aliados bem como perante os inimigos<sup>5</sup>.

Coelho Rodrigues faz parte destes intelectuais, sua contribuição para a formação do Estado Nacional Brasileiro, apesar de ter sido esquecida, traz em seu bojo a possibilidade analisar a proclamação da República sob o aspecto de quem vivenciou o momento, e conseguiu analisar de forma brilhante as consequências desastrosas que a mudança traria ao país. Em um primeiro momento buscaremos analisar o período anterior a proclamação da República, que nos possibilitará compreender quais as causas que culminaram com tal fato. Um dos fatores primordiais para a compreensão desta indisposição é a Guerra do Paraguai. O Exército, principal base de apoio a qualquer sistema de governo, encontrava-se no período em extremo descaso; o salário, o treinamento, as instalações e etc., estavam em decadência<sup>6</sup>.

O regime republicano apesar das expectativas mostra-se ineficaz em manter o país unido; pois os personagens que atuavam durante a monarquia permanecem no poder após a instalação da República. Segundo Coelho Rodrigues o retorno à Monarquia se apresenta no momento como “único meio de impedir a total dissolução do país”<sup>7</sup>, uma vez que o modelo implantado não nasceu no seio da sociedade brasileira, mas foi trazido de uma pátria que necessitava unificar um povo, uma nação. Contudo, como utilizar um regime para unificar uma nação que já se encontrava unida pela língua e pela religião?<sup>8</sup>

Analisar historicamente um indivíduo nos remete à compreensão do contexto social no qual está inserido; pois a atividade da pesquisa histórica esta inserida em um lugar, no qual de acordo com seus interesses definirá o que pode e o que não pode ser feito<sup>9</sup>. Portanto, para

---

<sup>4</sup>CHÂTELET, François; DUHAMEL, Olivier; PISIER-KOUCHNER, Evelyne. **História das Idéias POLÍTICAS**. [Trad. Carlos Nelson Coutinho] 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1990.

<sup>5</sup>CARVALHO, José Murilo. **A formação das almas. O imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

<sup>6</sup>ARAÚJO, Johny Santana de. **Bravos do Piauí Orgulhai-vos. Sois dos mais bravos batalhões do Império: A propaganda nos jornais piauienses e a mobilização para a guerra do Paraguai 1865-1866**, Teresina: Edufpi, 2011.

<sup>7</sup>RODRIGUES, A. Coelho. **A República na America do Sul ou Um Pouco de Historia e Critica**. 2ª Ed. Suíça: BENZIGER & Co. S. A., 1906.

<sup>8</sup> Ibid.

<sup>9</sup>CERTEAU, Michel de. **A operação da historia**. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: novos problemas**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: F Alves, 1998.

compreender as questões que determinam o discurso expresso por Antônio Coelho Rodrigues é preciso examinar as circunstâncias que o definiram. Nessa perspectiva o primeiro capítulo intitulado: Império x República: Uma breve contextualização; buscaremos fazer uma análise das questões que abalaram o regime Monárquico, trazendo como foco principal a importância da Guerra do Paraguai na propagação das idéias republicanas e o importante apoio do Exército a essa nova causa. Quando a Guerra tem início o Exército não possuía uma organização efetiva. O que se tinha eram os corpos de milícias, e os componentes em sua maioria não tinham treinamento adequado. A partir da Guerra, o Exército se organiza e vê na proclamação da República a possibilidade de ascensão.

Ainda no primeiro capítulo, buscaremos compreender as acepções de Coelho Rodrigues acerca da Soberania Brasileira, que segundo este com a Proclamação da República corre sérios riscos de não se firmar perante as potências inimigas e entrar em desacordo com os aliados. Suas principais preocupações se baseavam na possibilidade do Brasil se esfacelar em várias repúblicas. A inquietação de Coelho Rodrigues com a união do país e a sua afirmação como potência superava até mesmo seus interesses particulares.

Nacionalista romântico Coelho Rodrigues nos deixou um importante legado acerca da Formação do Estado Nacional Brasileiro. Entender essas preocupações e quais os conceitos de soberania e nacionalidade apropriados por este nos dará suporte para a análise do seu projeto de Estado – Nação.

Em fins do século XIX e início do século XX, foram muitos os intelectuais que analisaram e escreveram sobre este momento tão delicado na História do Brasil. Analisá-los sob as mais variadas perspectivas de estudo como a questão da educação tratada por Manoel Bonfim de maneira tão primorosa e a questão da formação da soberania nacional abordada por Coelho Rodrigues, nos permite a partir do confronto dos estudos desses intelectuais, fazer uma análise mais apurada sobre as idéias que circulavam no Brasil durante a transição da República para a Monarquia, bem como nos anos que se seguiram a instauração da República. O segundo capítulo sob o título: Os Intelectuais do Século XIX e os Ideais Republicanos; buscará trazer exatamente essa análise, no intento de compreender as acepções de cada um desses intelectuais sobre a mudança de regime no Brasil.

Coelho Rodrigues um político excepcional, analisa de maneira brilhante esse momento tão crucial, e nos permite a partir de sua obra “A República na América do Sul”, termos um vislumbre de seu Projeto de Estado - Nação. Já Manoel Bomfim ao falar da constituição do Brasil Soberano, trás em seu livro “A América Latina: Males de Origem”, um estudo referente às questões que tornaram o Brasil um país inferior em relação às outras

Nações. Ele enfoca a educação como único meio viável para superar o atraso do país, não apenas exteriormente, mas, em seu interior. Uma vez que, não existe democracia sem que o cidadão se encontre plenamente consciente de seus direitos, tendo, assim, a capacidade de exercê-los.

Até o presente momento não possuímos vastos estudos acerca do legado deixado por Antônio Coelho Rodrigues, buscamos, por isso, trazer à tona os estudos de um intelectual tão importante, mas que fora esquecido pelos historiadores. Sua trajetória política foi recheada de inimizades e intrigas, que fizeram com que uma figura singular fosse apagada da memória de seus contemporâneos, bem como da história da Nação. Sua contribuição não ficou restrita ao campo do direito, que apesar de não ter seu projeto constitucional aprovado deixou questões importantes que foram tratadas nas constituições que se seguiram.

A presente pesquisa não tem por intento esgotar o tema, mas instigar a curiosidade acerca de uma questão tão importante na história do Brasil e que definiu de uma maneira irreparável os rumos que o país tomaria a partir desse momento.

Coelho Rodrigues é um personagem excepcional, sua trajetória política nos possibilita a compreensão das mais variadas questões que permeavam a população letrada da época. Seu posicionamento referente à abolição, a educação, ao fortalecimento das fronteiras, e aos mais variados assuntos que foram motivos de discussão em fins do século XIX, nos permite a realização de uma pesquisa mais aprofundada sobre esse período.

Resgatar a sua memória não é apenas uma questão de justiça com um brilhante intelectual, mas também nos possibilita compreender as preocupações e os anseios vividos pelos brasileiros no momento de transição sob a perspectiva de um indivíduo que viveu com toda intensidade essas questões.

## CAPÍTULO I

### IMPÉRIO X REPÚBLICA: UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

Não podemos nos referir ao Estado Moderno no Brasil sem compreender como foi formulado e sob quais perspectivas se erigiu. Costumamos ouvir que para entender o presente é necessário uma compreensão do passado. O que hoje vivenciamos, é fruto do legado deixado pelos indivíduos que fizeram parte de momentos decisivos na constituição do país que hoje conhecemos como democrático. Contudo, quais os caminhos tomados que nos trouxeram a situação atual? Quais mudanças marcaram o que hoje chamamos de democracia? Qual conceito democrático é de fato empreendido nos anos em que se constituiu o Estado Republicano brasileiro? Tais questões nos remetem aos anos que antecederam a proclamação República e os anos que se seguiram.

O Brasil em 1870, ou mesmo antes disso, vivencia um aflorar de idéias. Em um país monarquista onde não existe o direito individual, pois tudo está relacionado ao Soberano; buscar participação política, onde o direito de voz é clamado, parece um absurdo. No entanto, intelectuais como Antônio Coelho Rodrigues propuseram uma reforma que alcançasse não apenas as questões políticas, mas também sociais. O Brasil que até então conhecia apenas a economia agrária dependente da mão de obra escrava, passa a vê-la como um empecilho para o desenvolvimento econômico do país, pois o progresso e o pleno desenvolvimento do capitalismo somente viriam com a industrialização e o desenvolvimento do comércio.

A escravidão no Brasil teve forte influência não apenas nas grandes propriedades, mas em todas as esferas da vida econômica e social. Possuir um escravo não representava apenas poder econômico, mas também prestígio social<sup>10</sup>. Era comum, escravos libertos possuírem negros cativos. Essa contradição se justifica pelo fato do escravo representar não apenas mão de obra, mas, a possibilidade de colocar-se em uma situação mais favorável frente ao sistema vigente. Por tanto, os escravos libertos possuíam servos na tentativa de negar a sua condição<sup>11</sup>.

Mesmo nas províncias mais afastadas a influência da escravidão era inegável. Na província do Piauí a economia era baseada na criação de gado, sendo considerado até fins do século XVIII, como “Grande Curral”, pois:

---

<sup>10</sup> BRANDÃO, Tanya Maria Pires. **A elite colonial piauiense: familiar e poder**. Teresina: FCMC, 1995.

<sup>11</sup> Ibid.

possuindo grande parte de seu território ocupado por caatingas e cerrados, dispo de poucos rios perenes e baixa pluviosidade, o Piauí, se de um lado representava fracas possibilidades para o desenvolvimento de uma agricultura exportadora, veio a transformar-se na principal área pastoril do Nordeste, sendo considerado durante séculos como o curral e açogue das áreas canavieiras.<sup>12</sup>

Ainda que a pecuária seja uma atividade que não requer uma quantidade de mão de obra excessiva, era possível verificar uma quantidade significativa de escravos. O sistema social excludente e aristocrata não era sentido apenas nos grandes centros. Em uma província tão afastada do Império, tanto no tocante a localização quanto em termos de influência política, a sociedade piauiense era marcada pelas questões aristocráticas que definiam a sociedade do Império no Brasil.

O sistema escravocrata era uma realidade inerente a todas as províncias do país. A escravidão representava um dos principais pilares de sustentação da Monarquia; contestá-la representa o mesmo que se contrapor ao Soberano e ao sistema que este representava. No entanto, o movimento abolicionista que tem início efetivo em 1850, com a extinção oficial do tráfico de escravos, ganha fôlego entre a população letrada. Joaquim Nabuco era um dos seus principais representantes, para ele a escravidão representava um empecilho:

economicamente, porque era responsável pelo atraso econômico brasileiro, ao inviabilizar o desenvolvimento industrial, o comércio, a imigração estrangeira a rentabilidade agrícola e a valorização do trabalho, criando uma riqueza instável e promovendo a imobilização e a concentração do capital; socialmente, a escravidão, seria responsável pelas desigualdades, conflitos e dissoluções sociais, pela desagregação da família, pela disseminação de doenças e pela contaminação da *raça brasileira*; culturalmente, corrompia a língua, a educação, a religião, a moral, e o *caráter*, e impedia a formação de uma verdadeira identidade nacional; politicamente, enfim, alienava o povo, estimulava o mandonismo local e o paternalismo, denegria a imagem do país no exterior e ameaçava a segurança nacional.<sup>13</sup>

Podemos perceber que o sistema escravocrata que inicialmente representava a base da economia brasileira, passa a ser vista como um atraso. O desenvolvimento do comércio e da indústria não era condizente com uma sociedade arraigada em conceitos imperiais. Nesse contexto, passa-se a questionar não apenas o sistema escravocrata, mas também a sustentação do ideal republicano no Brasil. Tais idéias que permaneceram ocultas durante todo o Império,

<sup>12</sup>MOTT, Luiz. *Piauí Colonial: população, economia e sociedade*. Teresina: FUNDAC - Coleção Grandes Textos, 2010.

<sup>13</sup>BASILE, Marcelo Otávio N. de C. **Consolidação e Crise do Império**. In: LINHARES, Maria Yedda (org.). **História Geral do Brasil**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

ou não tiveram grande repercussão, passam a circular livremente a partir de 1870, ano que marca o fim do maior conflito bélico da história brasileira: a Guerra do Paraguai.<sup>14</sup>

A Guerra do Paraguai teve repercussões em todo o Império. Como nos mostrar o historiador Johny Santana<sup>15</sup>, houve um grande esforço por parte do imperador em difundir, através da propaganda política, o sentimento de nacionalismo, com o intuito de justificar a incursão bélica. Como o Brasil não possuía um Exército organizado, era de vital importância que a população assumisse a guerra como uma questão pessoal, para fosse possível o levanto de um efetivo corpo militar. Nesse aspecto, a propaganda nacional alcançou até mesmo a longínqua província do Piauí, que teve grande participação na referida guerra.

A arregimentação de voluntários no Piauí ocorreu inicialmente de forma voluntária, pois os benefícios oferecidos pelo Imperador surtiram o efeito esperado. Muitos aceitaram participar da Guerra com a esperança de alcançarem melhores condições de vida através da obtenção de terras, que eram oferecidas para aqueles que participassem voluntariamente do conflito. Outros buscavam a tão sonhada liberdade, pois aos escravos voluntários foi prometida a alforria logo após o termino do combate. Contudo:

Com o passar dos meses e as dificuldades crescentes para se derrotar o Paraguai, acabou por ocorrer uma inversão de expectativa no imaginário social brasileiro, em todos os níveis, nas cidades e no campo, gerando um clima negativo em relação a guerra, concebendo, junto ao povo brasileiro, uma experiência traumática nunca antes experimentada com tamanha dimensão.<sup>16</sup>

O Brasil não dispunha de um Exército fixo e organizado, além de seus armamentos serem insuficientes para empreender uma guerra dessa magnitude. Para tanto, foi necessário um forte esquema de arregimentação de homens para combater no Paraguai, e a arrecadação de subsídios para manter os soldados. O endividamento do Brasil com outras potências, como a Inglaterra, no intuito de custear a guerra agravou ainda mais a situação da Monarquia, uma vez que, esta já não trazia resultados favoráveis no tocante a questões como economia e política.

A Guerra que deveria ser rápida e vitoriosa tomou proporções inesperadas, fazendo com que os custos triplicassem e agravassem ainda mais a situação econômica do país. O

---

<sup>14</sup> ARAUJO, Johny Santana de. **Bravos do Piauí Orgulhai-vos**. Sois dos mais bravos batalhões do Império: A propaganda nos jornais piauienses e a mobilização para a guerra do Paraguai 1865-1866, Tese de Doutorado apresentado ao programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense em 2009.

<sup>15</sup> Ibid.

<sup>16</sup> Ibid.

conflito iniciado em 1865, teria fim após cinco anos de luta intensa; vencedores e vencidos se confundiam, pois a guerra trouxe prejuízos irreparáveis para ambos os lados.

Com o término da Guerra do Paraguai as bases da Monarquia brasileira começam a ruir. As idéias republicanas ganham mais espaço e a questão abolicionista passa a ser largamente debatida. O Exército que anterior ao conflito se encontrava em descaso total por parte do Império, sai da guerra fortalecido e como uma entidade autônoma, passando a almejar o comando do país.

A incursão do Brasil ao Paraguai definiria de modo significativo e irrevogável os rumos que o país tomaria a partir desse momento, pois o “resultado do conflito com o Paraguai acabou gerando questões que redefiniriam o papel da sociedade brasileira inaugurando entre outras coisas o processo de contestação contra a escravidão”<sup>17</sup>.

A propaganda política utilizada para arregimentar homens e justificar a invasão ao Paraguai foi utilizada em larga escala, pois, “[...] somente um jornal é capaz de depositar no mesmo momento em mil espíritos o mesmo pensamento”<sup>18</sup>. O Imperador se utiliza, portanto, da imprensa para difundir o ideal de fidelidade à pátria. A propaganda política teve papel fundamental, pois alcançou todas as regiões do país, mesmo que um pouco mais atrasa nas províncias mais distantes, como a província do Piauí. Todavia, os partidos liberais contrários aos desmandos da Monarquia e na busca pela implantação da República, também se utilizam da propaganda na tentativa de derrubar o Império. A propaganda política é utilizada como meio de difundir um pensamento, como afirma Ana Regina Rêgo:

[...] O enunciador dos jornais do século ora analisado apresenta-se nos textos, com um discurso que retrata o seu modo de visão dentro de um sistema de representações, incluindo nuanças de sua função e prática políticas, além de fortes influências familiares. Ele, enquanto instância individual de apropriação da língua, a transforma junto com todos os demais fatores, em discursos políticos articulados, a partir de contextos concretos e da linguagem, enquanto código macro da formação do sentido<sup>19</sup>

O Brasil após a Guerra do Paraguai enfrentava uma grave crise política e econômica, onde a Monarquia já não conseguia conter os problemas existentes; e a República que

---

<sup>17</sup>Ibid. 2011

<sup>18</sup>TOCQUEVILLE, Alexis de. A democracia na América: sentimentos e opiniões: de uma profusão de sentimentos e opiniões que o estado social democrático fez nascer entre os americanos. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

<sup>19</sup>REGO, Ana Maria Barros Leal. **Imprensa Piauiense: atuação política no século XIX**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves. 2001.

correspondia a uma aspiração nacional, como revelaram os movimentos revolucionários ocorridos no país antes e depois da independência<sup>20</sup>, passa a ser buscado pelas elites.

A partir de 1870, as idéias republicanas ganham força, influenciando grande parte das elites dirigentes. O processo de abolição da escravidão foi reavivado nesse momento, trazendo o problema da manutenção da economia brasileira, posto que esta se baseava inteiramente na mão de obra escrava.

A economia brasileira estava pautada exclusivamente na produção agrária. Os grandes fazendeiros não só representava a base da economia brasileira, como também a principal elite atuante no campo político. A produção de café já no final do século representava o principal produto de comercialização do país, e sua venda era destinada basicamente para o comércio externo. Podemos afirmar, assim, que a produção extensiva, o comércio voltado para o exterior e a mão de obra escrava, formavam a base da economia brasileira; por isso “na medida em que a economia brasileira se concentrava na monocultura cafeeira e no braço escravo, fácil é compreender-se a resistência à idéia abolicionista, quer do tráfico quer da própria escravidão”<sup>21</sup>. Contudo, é necessário observar que:

A quebra dos novos liberais com a tradição imperial estava, precisamente, em enxergar a abolição como caminho não para a anarquia mas para “manter a ordem pública”. Por isso, combatiam o espírito de postergação, outra deletéria sobrevivência colonial – “a tendência nacional de deixar para o dia seguinte o que se deve fazer na véspera”. E seguiam apelando, como os velhos liberais, para a “consciência moral” e a “previdência política” da elite imperial, para evitar que a protelação indefinida da abolição gerasse o “desmembramento do país”.<sup>22</sup>

O movimento abolicionista não representava uma quebra com a Monarquia, mas, uma manobra utilizada pelos políticos do período na tentativa de manter a ordem social vigente, sem que isso representasse a queda do sistema monárquico. No entanto, a demora e a falta de planejamento no tocante a abolição, colocaram a economia, que já se encontrava em crise, em uma situação delicada. A classe dominante, apesar de apoiar a manutenção do *status quo*, no qual teriam garantida sua posição privilegiada, acabam ficando contrariados com a Monarquia, uma vez que, sua produção dependia da mão de obra escrava.

A Monarquia não conseguiu encontrar uma maneira de amenizar os impactos que a abolição da escravidão causaria à economia. Enquanto que os fazendeiros, devido à preocupação com a manutenção de suas produções, acabam por entrar em desacordo com a

---

<sup>20</sup>COSTA, Emilia Viotti da. **Da monarquia e Republica: momentos decisivos**. São Paulo: UNESP, 1998.

<sup>21</sup>MOTA, Carlos Guilherme.(org). **Brasil em Perspectiva**. Corpo e Alma do Brasil. 5º Ed. Difel, 1974.

<sup>22</sup>ALONSO, Angela. **Idéias em Movimento: A geração de 1870 na crise do Brasil – Império**. São Paulo: Editora Paz e Terra S/A, 2002.

Monarquia. O sistema Monárquico se apresenta, portanto, como insuficiente para conter os problemas enfrentados no país, uma vez que:

as instituições monárquicas haviam de tal ponto se esclerosado, dentro dos antigos moldes de poder, não seria possível absorver quaisquer tipo mudanças provenientes da rearticulação das forças econômicas – políticas - sociais. O mundo transformava-se, modernizava-se e o velho regime estava pelas leis da natureza ou da ciência dependendo da formação teórica do autor, fadada a ser substituída pelo novo, a República.<sup>23</sup>

Não há dúvida de que o mal-estar gerado pela abolição foi fator decisivo para a queda da Monarquia. A modernização e o desenvolvimento econômico não condiziam com os preceitos Monárquicos, porquanto o mundo capitalista necessitava de um amplo mercado consumidor. As classes comerciantes emergentes no Brasil viam na República a possibilidade de ascensão ao poder, e os fazendeiros insatisfeitos com a Monarquia passam a apoiar as idéias republicanas.

A queda da Monarquia e a ascensão da República remetem o país a uma nova ideologia a cerca do sistema governamental, entretanto não representava apenas uma mudança no sistema de governo, mas a criação de uma Nação. Para tanto, a partir da insatisfação com a Monarquia “evitar o perigo da anarquia e do desmembramento das províncias tornava-se essencial para poder reconstruir o “Estado Brasileiro”<sup>24</sup>. Por isso, a principal preocupação dos intelectuais da época era justamente criar um imaginário que justificasse a implantação do novo sistema, e que afastasse definitivamente o perigo do anarquismo.

A exaltação das glórias da Pátria tinha o intuito de “criar um vínculo entre o sentimento de patriotismo e a nacionalidade dos brasileiros”<sup>25</sup>, uma vez que, a mudança de governo não poderia ser feito sem que houvesse o apoio popular, ao menos no sentido de não se armar contra a instauração do novo sistema<sup>26</sup>. Nesse período, houve portanto, a invocação constante do “povo”, sob a desculpa de que a Monarquia não atendia a seus interesses. Contudo, como nos diz Friedrich Muller:

---

<sup>23</sup>JANATTI, Maria de Lourdes Mônico. **O Diálogo Convergente: Políticos e Historiadores no início da Republica**. In: FREITAS, Marcos Cezar de. **Historiografia Brasileira em Perspectiva**, 2005.

<sup>24</sup>CARVALHO, José Murilo. **Nação e Cidadania no Império: Novos Horizontes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

<sup>25</sup>ARAUJO, Johny Santana de. **Bravos do Piauí Orgulhai-vos. Sois dos mais bravos batalhões do Império: A propaganda nos jornais piauienses e a mobilização para a guerra do Paraguai 1865-1866**, Teresina: Edufpi, 2011.

<sup>26</sup>RODRIGUES, A. Coelho. **A República na America do Sul ou Um Pouco de Historia e Critica**. 2ª Ed. Suíça: BENZIGER & Co. S. A., 1906.

[...] nos países de grande desigualdade social – dos quais o Brasil é, por assim dizer, o modelo perverso- o aperfeiçoamento democrático não passa necessariamente, tal como sucede em países igualitários (*rectius*, de forte classe média), pela atribuição de maiores poderes decisórios ao povo, através da ampliação do uso obrigatório de referendos e consultas populares. É que, justamente, esses poderes acrescidos não serão de fato exercidos pelo povo, enquanto corpo coletivo unitário, mas sim pelos detentores do verdadeiro *kyrion* ou poder supremo efetivo, no seio do povo. Em suma, pelos oligarcas de sempre.<sup>27</sup>

Como podemos perceber a chamada democracia que tanto se almejava para o Brasil, não passava de uma falácia. O povo sob o qual se erigia o novo sistema, não fazia parte, nem nunca fez das decisões concernentes ao sistema republicano, pois somente era considerado cidadão, aqueles que detinham o poder político e econômico da época. Portanto, sua participação efetiva nunca ocorreu, pois os chamados representantes dos interesses do “povo” nada faziam além de buscar suas próprias aspirações. Destarte, o sistema republicano que deveria representar a possibilidade de tornar o país mais igualitário, e com maior participação popular; acaba se configurando em um sistema forjado para atender as necessidades de poucos. O novo sistema continuou apático frente aos problemas sociais e sua implantação não trouxe mudanças significativas para a população em geral.<sup>28</sup>

Apesar de não ter havido participação popular, a legitimação do sistema frente as massas, como já dito para que não houvesse resistência, foi buscada através da difusão de discursos jornalísticos que apregoavam o atraso do Brasil, em virtude dos excessos cometidos pela coroa que contribuíram, por sua vez, para o desprestígio da Monarquia e para o advento da República<sup>29</sup>.

A mudança de regime trouxe a necessidade de modificação no aparato ideológico do país. Pois o Brasil que representava a última Monarquia na América do Sul, precisava manter a sua soberania frente às outras potências, já que segundo Ângela Alonso:

Instaurar uma república não é apenas uma mudança de nomenclatura. É preciso atentar que, no período imperial, a identidade nacional do Brasil definia-se interna e externamente a partir da forma de governo monárquica, sobretudo em oposição às repúblicas latino-americanas, qualificadas como a expressão da desordem política.<sup>30</sup>

<sup>27</sup>MULLER, Friedrich. **Quem é o povo?** A questão fundamental da democracia. 2ª Ed. São Paulo: Editora Max Limonad, 2000.

<sup>28</sup>CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi.** 3ªed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

<sup>29</sup>COSTA, Emilia Viotti da. **Da monarquia e Republica: momentos decisivos.** São Paulo: UNESP, 1998.

<sup>30</sup>SENA, Tatiana. **Narrar a República: Interfaces entre literatura e história.** In: Anais do Sete. Campinas. Número 4, 2010.

A mudança de regime corria o sério risco de trazer o caos ao país, pois a visibilidade da Nação no exterior seria refletida de acordo com aquilo que se configurasse no interior. A Monarquia no Brasil, apesar dos problemas existentes, se mostrava de forma favorável e coesa as outras repúblicas; já que estas apesar do novo sistema se encontravam mergulhadas em uma profunda desordem. Portanto, era necessária a criação de uma ideologia que impedisse o esfacelamento do país em várias repúblicas, e que o lançasse como uma Nação soberana frente aos países aliados e aos inimigos.

Para tanto surge à invocação da ideologia da Nação, que representa o sentimento de fidelidade a um determinado tipo de Estado, pois é a Ele que se dirige concretamente o sentimento de fidelidade que a idéia de Nação suscita e mantém.<sup>31</sup> Como podemos perceber a construção de um imaginário constitui uma questão fundamental para a sustentação e manutenção de um sistema, já que:

A elaboração de um imaginário é parte integrante da legitimação de qualquer regime político. É por meio do imaginário que se podem atingir não só a cabeça mas, de modo especial, o coração, isto é, as aspirações, os medos e as esperanças de um povo. [...] A manipulação do imaginário social é particularmente importante em momentos de mudança política e social, em momentos de redefinição de identidades coletivas<sup>32</sup>.

Construir um Estado perpassa logicamente pelo campo ideológico, pois como vimos, sua legitimação é feita a partir dos discursos favoráveis que são disseminados. A difusão dos discursos não é feita de forma aleatória, ou mesmo desinteressada, cada personagem possui uma concepção própria, surgida de acordo com seu meio ou com suas vivências. Para tanto, podemos perceber que os discursos favoráveis à proclamação da República, estavam pautados nos interesses daqueles que a defendia.

O Brasil, nos últimos anos que antecederam a República, e mesmo muitos anos após sua proclamação, vive um momento delicado na sua constituição enquanto Estado soberano. A cultura Monarquista e escravocrata estava profundamente enraizada no povo brasileiro, mesmo aqueles que não participavam das decisões do governo, se identificavam mais com a Monarquia do que com a República. Portanto, era necessário a criação de uma nova postura que colocasse por terra os preceitos conservadores e atrasados do Império.

O movimento republicano não alcançou as classes mais baixas, tendo sua atuação restrita àqueles que participavam diretamente da disputa pelo poder; ou seja, uma pequena parcela da população. Entretanto, era preciso criar uma cultura nacional que fosse capaz de

---

<sup>31</sup>BOBBIO, Norberto. Dicionário de Política. Brasília: Editora da UNB, 11ª Ed., 1998. Vol. 1.

<sup>32</sup>CARVALHO, José Murilo. Teatro das Sombras: A Política imperial. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996.

produzir um sentimento de pertencimento, com o qual todo e qualquer indivíduo pudesse se identificar, construindo assim identidades<sup>33</sup>. A construção desta identidade permite manter o indivíduo sob controle, pois a cultura nacional insere o sentimento de pertencimento à Nação, uma vez que, a maioria da população não possuía estudo avançado. A construção de símbolos que representassem a República foi utilizada para despertar esse sentimento, já que, os discursos dos letrados dificilmente alcançariam as classes mais baixas.

O sentimento de pertencimento inculcado em cada indivíduo possibilita a invocação da soberania popular, que consiste basicamente no poder nas mãos do povo. Tal conceito de foi largamente utilizado para justificar a necessidade de mudança de governo já que:

A Soberania, pois, é um poder adormecido, que se manifesta somente quando é quebrada a unidade e a coesão social, quando existem concepções alternativas acerca da constituição, quando há ruptura na continuidade do ordenamento jurídico. A Soberania marca sempre o começo de uma nova organização civil: é um fato que cria o ordenamento<sup>34</sup>.

Nesse contexto, os republicanos aproveitam o momento de instabilidade política e colocam a República como a salvação do país, porquanto a Monarquia já não conseguia manter o país unido colocando a soberania da Nação em perigo frente às potências da época.

Nesse fervor idealista com medo da anarquia e da dissolução do Brasil, o regime republicano se torna realidade em 1889, e, apesar da grande gama de discursos difundidos na época o que se percebe é um sistema falho, sem mudanças significativas e com pouca participação popular. A estrutura de manipulação do poder permaneceu a mesma, as classes dominantes continuaram a atuar politicamente, e a população permaneceu sem ter qualquer representação efetiva na política do país, pois segundo Emilia Viotti:

O ano de 1889 não significou uma ruptura do processo histórico brasileiro. As condições de vida dos trabalhadores rurais continuaram as mesmas; permaneceram o sistema de produção e o caráter colonial da economia, a dependência em relação aos mercados e capitais estrangeiros.<sup>35</sup>

A Constituição implantada no Brasil não teve, portanto, grande influência na sua estrutura social. Apesar dos esforços empreendidos por alguns intelectuais que buscavam a possibilidade de fazer o Brasil se desenvolver de forma igualitária, o país permaneceu mergulhado em uma grave crise política. Porque influenciado pelo modelo republicano

---

<sup>33</sup>ALVES, Angela Limongi Alvarenga. *Constitucionalismo e Democracia: Soberania e Mito Constitucional*. 2012

<sup>34</sup>BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora da UNB, 11ª Ed., 1998. Vol. 1.

<sup>35</sup>COSTA, Emília Viotte da. **Da Monarquia à República**. 8ª ed, ampliada. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 2007.

instaurado nos Estados Unidos, o Brasil, não conseguiu criar uma constituição nascida no seio da Pátria, trazendo um sistema que atendia a outra realidade e com necessidades diferentes. Portanto, tornava-se inviável o atendimento as misérias da Nação, já que em “toda nação livre – e toda Nação deve ser livre – só há uma forma de acabar com as diferenças que se produzem com respeito à Constituição. Não é aos notáveis que se deve recorrer, é à própria Nação. Se precisarmos de Constituição devemos fazê-la, só a Nação tem direito de fazê-la”.<sup>36</sup>

O sistema republicano tão desejado por trazer a possibilidade de acesso ao campo político acaba se mostrando de forma contrária. O jogo político permaneceu inalterado já que as classes dominantes continuaram a alternar o poder entre si. Nessa perspectiva José Murilo de Carvalho nos diz que “para a grande maioria dos fluminenses, o poder permanecia fora do alcance e mesmo da compreensão. Os acontecimentos políticos eram representações em que o povo comum aparecia como expectador ou, no máximo, como figurante”.<sup>37</sup>

A República instaurada no Brasil nunca esteve tão longe de alcançar os objetivos de liberdade e igualdade tão difundidos na época, uma vez que os representantes da República eram indivíduos favoráveis ao Império e o seu governante, passando a agir como republicanos apenas para sustentar seus próprios interesses. O Império, portanto não foi derrubado apenas por agentes externos, mas pela própria ineficácia do sistema. Pois como nos diz Leôncio Basbaum ao trazer o pensamento de Rui Barbosa:

Nada pois fazia supor que o fim estivesse tão próximo. E Rui Barbosa afirmava, alguns anos depois: « A Republica originou-se de um acidente gerado pelas desordens de um organismo predisposto pelas suas condições de irresistência e inércia a não lhe resistir. Certas reformas, necessárias, urgentes, improrrogáveis, tê-la-iam prevenido. e evitado». E ainda noutra parte: «Nunca advoguei (a solução republicana), aponteia-a à Coroa e aos Partidos como um perigo evitável, mediante a reforma federalista». E essa é a opiniao de um chefe republicano, embora não o fosse antes da República. Ela sintetiza o pensamento de grande parte se não da maioria do povo na época: a monarquia não estava condenada, podia ser salva.<sup>38</sup>

O sistema monárquico não teve condições de apresentar uma solução viável para as novas questões que o Brasil enfrentava. Sua decadência não teve apenas a participação de agentes externos, mas principalmente internos, pois as preocupações daqueles que participavam do regime monárquico, era permanecer no poder, ainda que isso representasse a queda da Monarquia.

<sup>36</sup>SIEYÈS, Emmanuel Joseph. **O que é o terceiro estado?** Trad. Norma Azeredo. Rio de Janeiro: Liber Juris, 1988. p. 113.

<sup>37</sup>CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi.** 3ªed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p.142.

<sup>38</sup>BASBAUM, Leôncio. **História Sincera da República.** Das origens a 1889. 5ª Ed. São Paulo: Alfa - Omega, 1986, p.278.

O processo de independência vivenciado no Brasil não significou um momento de levante popular, nem mesmo houve derramamento de sangue, o que se verificou foi um acordo entre as elites dirigentes. Os movimentos de independência ocorridos no país não tiveram grandes proporções, e em sua maioria foram fortemente reprimidos.

A Monarquia apesar dos problemas que enfrentava no país representava, para a maioria dos estudiosos do período, a melhor maneira de manter a união e a soberania nacional. Com uma reforma política dentro do próprio sistema, seria possível a manutenção da Monarquia como sistema de governo do Brasil; não significava que a República não fosse almejada, mas era necessário um cuidadoso processo de adaptação e implantação. O país apesar de representar a única Monarquia existente na América Latina, conseguiu se manter em melhores condições do que as recém formadas Repúblicas. Mesmo os estudiosos que há época defendiam a República, após os primeiros anos de sua implantação, acabavam por exaltar as glórias do Império.

A República não era algo inevitável, e muito menos estava destinada a acontecer, o atraso por parte do Imperador em tomar alguma atitude que pudesse conter os problemas existentes entre o governo e as classes dominantes. O descontentamento gerado pelas questões sociais, políticas e a falta de aptidão do governo Imperial definiram de forma irrevogável a implantação da República no Brasil<sup>39</sup>.

### **1.1 – Nacionalismo: um novo olhar**

Em fins do século XIX, o Brasil vivenciou um aflorar de idéias, não somente em relação às questões de liberdade e igualdade a todo cidadão, mas também referente às questões nacionais, que apesar de não se encontrarem completamente definidas, representavam o principal tema dos intelectuais desse período.

Definir uma imagem para o país frente aos inimigos era de vital importância para a manutenção da soberania nacional, contudo como criar um sentimento de nacionalidade em uma população pautada em conceitos imperialistas no qual deviam fidelidade somente ao Imperador? Como justificar a substituição daquele a quem se destinava tal sentimento?

A maioria da população atuante era favorável ao Imperador, mesmo aquele a que se destinou a glória da implantação da República, o Marechal Deodoro da Fonseca, não se sentia

---

<sup>39</sup> Ibid.

animado com a idéia de trair o Monarca<sup>40</sup>. Contudo, era preciso criar um sentimento de fidelidade para com a pátria, pois:

Exceto em casos muitos excepcionais e passageiros de sistemas baseados totalmente na repressão, é mais fecundo ver as relações entre o cidadão e o Estado como uma via de mão dupla, embora não necessariamente equilibrada. Todo sistema de dominação, para sobreviver, terá de desenvolver uma base qualquer de legitimidade, ainda que seja a apatia dos cidadãos.<sup>41</sup>

Como podemos perceber o sentimento nacionalista no Brasil se desenvolve com o intuito de justificação, pois a Monarquia, apesar de se encontrar em franca decadência, ainda era considerada o regime legítimo do país. O ideal de criação de uma homogeneidade nos brasileiros consistia no interesse de manter sob controle, aqueles que estavam fora do rol das decisões políticas. Era necessário manter a população ocupada com suas mazelas, culpando o Imperador por seu infortúnio e mantendo-se indiferente a queda deste.

O movimento nacional deveria lutar para que:

se reconheça o direito que cada povo tem de se tornar o dono de seu próprio destino. Desta maneira, ele persegue dois objetivos, um interno e outro internacional. No plano interno, luta para proporcionar aos povos a consciência de sua unidade mediante a atribuição a todos os indivíduos dos mesmos direitos democráticos; desta forma os indivíduos adquirem competência para participar na definição da política do Estado. No plano internacional, o princípio da autodeterminação dos povos possibilita a realização da independência nacional e o estabelecimento de uma política exterior do Estado fundamentada na vontade popular, sem interferências de outros Estados<sup>42</sup>.

O sentimento de nacionalidade, portanto, não foi desenvolvido de forma efetiva, já que, o país continuou nas mãos daqueles que detinham o poder econômico e a população em geral continuou fora das questões importantes pelas quais o Brasil passava. No entanto, o interesse daqueles que buscavam a implantação dos preceitos nacionalistas, era apenas manter a “massa” pacífica frente à derrocada do Imperador. Não havia interesses em dar maior visibilidade ou participação às classes mais baixas, buscava-se apenas o apoio destas no sentido de não se armar contra a República.

O sistema republicano não estava sendo implantado para a população em geral, mas para aqueles que participavam do jogo político no Brasil, pois apenas estes representavam o

---

<sup>40</sup>RODRIGUES, A. Coelho. **A República na America do Sul ou Um Pouco de Historia e Critica**. 2ª Ed. Suíça: BENZIGER & Co. S. A., 1906.

<sup>41</sup>CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi**. 3ªed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p.142.

<sup>42</sup>BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora da UNB, 11ª Ed., 1998. Vol.1.

“povo” a quem as mudanças de fato interessavam. Esta visão representava o pensamento da maioria dos letrados do século XIX, o apoio empreendido por estes à República não significava o apoio a um país igualitário, pois os benefícios trazidos pelo novo sistema não deveria alterar a base social do Brasil, o que de fato não ocorreu. A Nação brasileira continuou vivendo um paralelo referente à questão social, aqueles que se encontravam no poder continuaram a exercê-lo, e os que estavam de fora deste permaneceram com sua situação inalterada.

Houve, contudo, literatos que pensavam de maneira diferente, defendendo uma mudança real nas bases sociais do país. Antônio Coelho Rodrigues fazia parte dos intelectuais que, apesar de não ser favorável a mudança de regime nos moldes em que foi implantado, defendia uma mudança que viesse de baixo e transformasse todo o país. Contraditório, Coelho Rodrigues, expressa os anseios e as preocupações vividas nesse momento. Definido por muitos como monarquista, pode ser considerado um exemplo do nacionalismo romântico no país, voltando sua preocupação apenas para as questões nacionais.

Entender um intelectual como Coelho Rodrigues nos permite perceber as questões outrora vivenciadas no país. A partir de sua contrariedade referente ao sistema republicano nos deixa como fruto a obra “A República na América do Sul”<sup>43</sup> que trás em seu bojo não apenas uma excelente análise do delicado momento de transição da Monarquia para a República, mas também nos mostra algumas medidas que deveriam ter sido tomadas, para que as mudanças ocorridas no país trouxessem alterações significativas. Sua obra representa o que conhecemos como projeto de Estado – Nação, ele analisou o período e esquematizou de forma brilhante as medidas e conseqüências de uma mudança tão drástica sem o devido planejamento.

Entender Coelho Rodrigues como fruto de seu tempo é essencial para a compreensão das idéias expressas em sua obra, pois todo discurso trás intrincado os conceitos absorvidos pelo indivíduo.

## **1.2- Antônio Coelho Rodrigues: um nacionalista incorrigível**

Descobrir o que está escrito por trás dos discursos dos indivíduos, nos remete a uma compreensão da intencionalidade expressa pelo autor e os fatores sociais, políticos e econômicos que o determinaram. Nessa perspectiva, entender as idéias de Antonio Coelho

---

<sup>43</sup>RODRIGUES, A. Coelho. **A República na America do Sul ou Um Pouco de Historia e Critica**. 2ª Ed. Suíssa: BENZIGER & Co. S. A., 1906.

Rodrigues compreendidas no livro “A Republica na América do Sul”<sup>44</sup>, nos possibilita compreender a sua acepção referente ao conturbado momento de transição da Monarquia para a República. Sua obra nos permite apreender as idéias que permeavam os meios acadêmicos e intelectuais do período.

Antonio Coelho Rodrigues era um intelectual engajado politicamente, que tinha como principal preocupação os rumos que o país estava tomando em fins do século XIX. Seu discurso expressa suas frustrações no que se refere à instauração da República; grande conhecedor de seu tempo, Coelho Rodrigues faz uma análise da situação política e social na qual o Brasil se encontrava. Em suas idéias podemos perceber a preocupação com a constituição do país enquanto Nação Soberana; seus anseios se baseavam na ineficácia do modelo proposto para manter a união do Brasil, pois, segundo Coelho Rodrigues “sob qualquer ponto de vista que se considerem os efeitos do regimem politico da America do Sul, a conclusão é deprimente, para não dizer desesperadora”<sup>45</sup>.

A implantação do sistema Republicano no Brasil se deu da mesma forma que ocorreu nos Estados Unidos, que apesar ser considerado um grande ato de sabedoria, o é, exatamente, porque os seus autores a fizeram considerando o presente e antevendo o futuro do seu país, até onde podia chegar a previsão humana; portanto não podia lograr êxito se instituída em condições diferentes das vivenciadas por aquele país, do contrario traria mais malefícios do que benefícios<sup>46</sup>.

Deste modo, a República deveria ser criada de acordo com os acontecimentos vividos no país e pautada nos interesses do povo e não em interesses individuais e egoístas. Para isso, Coelho Rodrigues declara o retorno a Monarquia como único meio de impedir a dissolução do país, colocando-se de forma contraria a mudança de regime, entretanto esse posicionamento é ocasionado apenas por não considerar o modelo de República instaurado no Brasil, como meio suficiente para manter a unidade e consequentemente a soberania do país.

Sua proposta política para o Brasil se baseava na idéia de que, esta deveria ser liberal no interior e conservadora do exterior, prezando pelo interesse nacional e a manutenção dos laços de amizade com os paises vizinhos. Antonio Coelho Rodrigues afirma ainda que a nossa República herdou os mesmo vícios que o Império apresentava, pois a corrupção e manutenção dos direitos da minoria permaneceram intactas<sup>47</sup>.

---

<sup>44</sup>Ibid.

<sup>45</sup>RODRIGUES, A. Coelho. **A República na America do Sul ou Um Pouco de Historia e Critica**. 2ª Ed. Suissa: BENZIGER & Co. S. A., 1906.

<sup>46</sup>Ibid.

<sup>47</sup>Ibid.

O sistema de governo no Brasil permaneceu o mesmo por mais de três séculos, em sua administração não houve mudanças significativas; quando ocorreu a independência não existiram movimentos contrários que fossem considerados significativos. Segundo Coelho Rodrigues, o que aconteceu foi à corrupção inescrupulosa do governo; o funcionalismo público e seus vencimentos tiveram um aumento significativo lançando o povo em geral na miséria e mantendo o luxo de poucos<sup>48</sup>.

O projeto de Nação proposto por Coelho Rodrigues abrange as mais variadas áreas da vida política e social. Ele fala sobre a questão do voto e a corrupção do eleitor, a necessidade de fortificar as fronteiras, o enriquecimento dos recursos bélicos, a educação como forma de desenvolvimento do país, etc. O sistema republicano se mostrou ineficaz em atender as essas necessidade. Todavia, “um governo, embora máo, não é cousa que se mude, como um fato servido, e é sempre menos máo do que a anarchia; seria, pois, preciso, antes de tudo, pensar em quem o podesse e devesse substituir”<sup>49</sup>.

A pretensão de Coelho Rodrigues ao se colocar desfavorável ao governo consistia apenas no despreparo do país para uma mudança tão drástica; já que a República seria inevitável, pois representava “a evolução natural dos acontecimentos, mas para tanto seria necessário estar preparado e amadurecido para receber dentro as virtudes trazidas pela nova forma de governo a Republica”<sup>50</sup>.

O processo de transição de um regime governamental para outro completamente oposto, deveria ser, portanto, feito de forma lenta e planejada para que as bases que a sustentariam fossem lançados no país, e por consequência absorvidos pelos cidadãos de forma consciente. O que ocorreu no Brasil foi exatamente o contrario, o país não foi preparado para uma mudança tão brusca e o sistema acabou por ser corrompido.

As idéias propostas por Coelho Rodrigues representavam, portanto as preocupações existentes diante de um momento tão conturbado, onde tanto o sistema de governo representava uma mudança significativa, como também à possibilidade iminente da dissolução do país e por consequência a perda de seu status enquanto Nação soberana.

Coelho Rodrigues pode ser considerado um intelectual brilhante, sua percepção acerca dos acontecimentos durante o processo de instauração da República nos remete a compreensão de um momento delicado na constituição do próprio Estado Nacional. Sua

---

<sup>48</sup>Ibid.

<sup>49</sup>Ibid.

<sup>50</sup>Ibid.

principal característica era a capacidade de se adequar a qualquer governo, pois a manutenção da soberania nacional e os direitos da pátria representavam seus principais interesses.

Apesar de ser considerado por alguns estudiosos como conservador e monarquista, Coelho Rodrigues se apresenta em sua trajetória política ora como monarquista ora como republicano; pois, segundo ele, sua intenção se baseava apenas em manter os interesses da Nação, mesmo que em detrimento dos seus próprios interesses, pois como ele afirma:

se podessemos ter uma Republica, como esta que vim matar saudades do governo democrático, que não via há onze annos, ninguém lhe quereria mais do que eu, que tanto quero a esta estranha, por ter operado o milagre de fazer do povo menos numeroso e mais heterogêneo da Europa, o primeiro della, senão de todo mundo.<sup>51</sup>

Suas preocupações referentes ao novo sistema são, portanto, relacionadas à incapacidade de manutenção da soberania nacional. O Estado deve ter autonomia dentro de seu território para tomar decisões que favoreçam a Nação como um todo. Sua atitude interna refletirá internacionalmente, como uma Nação unida e forte ou como um país em crise e esfacelado em várias repúblicas.

A visão que o Brasil passaria para as outras nações, após a instauração do novo sistema, definiria sua posição internacional. Coelho Rodrigues defendia que enquanto Monarquia, o país conseguia se manter soberano frente às outras potências, mas com as instabilidades agravadas pelo advento da República o país corria o serio risco de perder a sua hegemonia. Para este intelectual a melhor maneira de conservar o país unido seria através da manutenção do regime Monárquico já que o novo regime:

no exterior gangeou-nos a desconsideração e o pouco caso da América do Norte, com os vizinhos da America do Sul, nossos aliados naturaes contra o inimigo commum, mas hoje prevenidos contra nos pelas prometidas reformas do Exército e da futura esquadra, que ou não se fará; ou será vendida antes de feita, como é de praxe;[...]no interior o povo se estorce nas vascas da miséria e nas garras do despotismo, que nem mesmo em seu lugar doméstico o deixa dormir tranqüilo, enquanto os políticos de profissão, ébrios do incenso da imprensa neutra e ou mercenária, são levados em andor pelos raros fetiches desta chamada Republica por fethistas.<sup>52</sup>

O sistema Republicano não trouxe mudanças significativas na vida do cidadão, pois alcançou somente as classes mais ricas, deixando o povo na miséria e o governo nas mãos de poucos. As diferenças existentes no país acabam se agravando já que, em “toda nação livre – e toda Nação deve ser livre – só há uma forma de acabar com as diferenças que se produzem

---

<sup>51</sup>Ibid.

<sup>52</sup>Ibid.

com respeito à Constituição. Não é aos notáveis que se deve recorrer, é à própria Nação. Se precisarmos de Constituição devemos fazê-la, só a Nação tem direito de fazê-la”<sup>53</sup>. A Constituição brasileira não conseguiu alcançar a Nação em sua totalidade, visto que, como já dito, não foi feita segundo as necessidades existentes no país.

Deste modo, podemos perceber que no Brasil, não houve um planejamento efetivo no tocante a uma situação tão delicada como uma mudança drástica de governo. Seu aparato ideológico, foi criado no sentido de manter as elites intelectualizadas favoráveis à mudança, e exercer o controle sob aqueles que não possuem instrução suficiente, ou mesmo, não percebem a mudança, pois esta não os atinge.

O Brasil não vivenciou um movimento verdadeiramente revolucionário, onde as mudanças ocorrem de baixo para cima. O que se apresentou no país foi uma mudança ocasionada de cima para baixo, alçando apenas as classes que já detinham o poder. A participação da população em geral não ocorreu, pois assim como nos dias atuais, as mudanças no sistema são ocasionadas apenas para o favorecimento de poucos e poucas vezes temos vivenciado um momento de grandes mudanças na ordem política; a transição da Monarquia para a República representou um momento que traria a possibilidade de implantação do novo, onde a igualdade e a liberdade poderiam vigorar no seio da sociedade brasileira, mas, como já vimos, a corrupção e o pouco comprometimento dos dirigentes do país, fizeram com que este momento não tivesse a devida dimensão, nem trouxesse os resultados esperados.

O que se observou após a implantação da República foi um país mergulhado em crise, onde o governo que deveria trabalhar para superar as mazelas deixadas pela nobreza, acaba mergulhando ainda mais em dívidas financeiras. O luxo de poucos continuou sendo mantido e o povo tão evocado na Constituição continuou vivendo na miséria e alheio às questões políticas.

Visando atender essas questões foram feitas nesse período varias obras que não somente analisavam, mas também apontavam soluções pertinentes aos problemas enfrentados. Foram vários os intelectuais que tentaram produzir um Projeto de Estado – Nação, a grande maioria baseados nas deficiências deixadas pela Monarquia e preservadas pelo sistema republicano. Não se tratava apenas de analisar um período, mas propor soluções para as mazelas deixadas pelo antigo regime.

---

<sup>53</sup>SIEYÈS, Emmanuel Joseph. *O que é o terceiro estado?* Trad. Norma Azeredo. Rio de Janeiro: Liber Juris, 1988. p. 113.

Nessa perspectiva, confrontar as obras dos intelectuais do período, nos permite um vislumbre das principais questões analisadas na época.

## **CAPÍTULO II**

### **INTELECTUAIS DO SÉCULO XIX E OS IDEAIS REPUBLICANOS**

As ideias que permeavam o Brasil em face do novo sistema traziam a necessidade de mudar o pensamento dos brasileiros, para que o sentimento de fidelidade para com o imperador fosse substituído pelo de fidelidade à pátria. Nesse aspecto, os intelectuais do período buscavam o estabelecimento de ideias concernentes ao nacionalismo, pois somente a partir do desenvolvimento deste, a população brasileira se identificaria com o regime republicano e passaria a apoiá-lo.

As discussões referentes às questões que tangem a queda da Monarquia e a criação de uma identidade nacional não é algo novo. Muitos intelectuais do período voltaram seus estudos para essas questões sob as mais variadas perspectivas. A grande maioria das obras escritas no período estava voltada para a concepção de desenvolvimento e progresso. Cria-se a ideia de que somente a democracia traria a possibilidade de desenvolvimento de outros segmentos sociais, pois o incentivo a indústria permitiria o crescimento da burguesia que não trabalhava no setor agrário.

Confrontar os estudos de intelectuais do período nos dá uma dimensão daquilo que se ansiava para o novo Brasil, suas preocupações e desejos acerca do sistema e a possibilidade de recriar uma pátria pautada nos interesses do próprio país. Seus estudos contemplavam essas questões, mas, é preciso ter em mente que cada discurso carrega consigo os interesses e as concepções políticas de cada indivíduo. Nesse aspecto, buscaremos compreender as obras de Antônio Coelho Rodrigues e Manoel Bomfim.

#### **2.1 Uma Pequena Bibliografia**

Manoel Bomfim era um visionário, ele acreditava na possibilidade de, através da instrução da massa popular, haver a implantação de um sistema legítimo que incluísse uma democracia verdadeira, que representava para ele o exercício consciente dos direitos e deveres de um indivíduo, ou seja, ser de fato um cidadão. Manoel Bomfim nasceu em 8 de agosto de 1868, em Aracaju, na então província de Sergipe, oriundo de família burguesa, formou-se em medicina no Rio de Janeiro em 1890. Formou-se, portanto, no clima de efervescência política que culminou com a proclamação da República. Em 1891 foi nomeado médico da Secretaria de Polícia e, em 1892, torna-se tenente-cirurgião da Brigada Policial, acompanhando uma

expedição que subiu o rio Doce em busca de remanescentes dos índios botocudos<sup>54</sup>. Casou-se com Natividade de Oliveira, com quem teve dois filhos uma menina chamada Maria, e um menino chamado Aníbal. Bomfim assistiu a morte de sua filha Maria sem que nada pudesse fazer; sendo uma pessoa intransigente em seu julgamento para com os erros das pessoas, a começar por si mesmo, não admitia seu fracasso na tentativa de salvar sua filha. Bomfim decidiu então abandonar a medicina e dedicar-se a educação. Para ele “não há regime livre na ignorância; para libertar os homens, o primeiro passo é desembaraçá-los dessa ignorância e entregá-los à posse da própria inteligência: “Uma democracia não tem razão de ser senão para dar a todos liberdade e consciência de si”<sup>55</sup>.

Ao dedicar-se ao magistério e aos estudos sociológicos, Bomfim deixou à cultura brasileira uma importante e ampla obra intelectual. Além de livros como *América Latina Males de Origem* publicado em 1905 e *O Brasil Nação: Realidade da soberania brasileira*, publicado em 1931; escreveu ainda *O Brasil na América* (1929), *O Brasil na História* (1930) e *Cultura e educação do povo brasileiro* (1931). Dedicou-se também aos estudos de psicologia, e sobre o assunto escreveu, entre outros títulos: *O fato psíquico* (1904), *Noções de Psicologia* (1916), *Pensar e dizer: estudos do símbolo e do pensamento* (1923) e *Métodos do teste: com aplicações à linguagem do ensino primário* (1928).

Já Antonio Coelho Rodrigues nasceu em 04 de abril de 1846, na fazenda Boqueirão, município de Oeiras, localizado no semiárido nordestino do Piauí, hoje cidade de Picos. Teve o ensino das primeiras letras com a família, na escola do padre Joaquim Damasceno Rodrigues, seu primo, que funcionava numa fazenda que pertencera a seu trisavô, e que é hoje a cidade de Paulistana. Ali estudou português, aritmética, francês e latim até o ano de 1859.<sup>56</sup>

Segundo Antonio Chrysippo de Aguiar:

Adolescente determinado, 1862 matriculou-se na histórica Faculdade de Direito de Recife, passando a conviver em meio à intelectualidade mais pujante daquele momento marcante da cultura nacional, num ambiente de estudos, debates e embates filosóficos, propício ao desenvolvimento dos acontecimentos humanos.<sup>57</sup>

<sup>54</sup>BOMFIM, Luís Paulino. Pequena biografia de Manoel Bomfim. In: BOMFIM, Manoel. **A América Latina: males de origem**. Edição do centenário. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.

<sup>55</sup>BOMFIM, Manoel. **A América Latina: males de origem**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

<sup>56</sup>CHAVES, Monsenhor. Antonio Coelho. In: \_\_\_\_\_ **Apontamentos bibliográficos e outros**. Obra Completa. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 1998.

<sup>57</sup>AGUIAR, Antonio Chrysippo de. **Direito Civil: Coelho Rodrigues e a ordem de silêncio**. 1a ed. Teresina: Halley S. A. Gráfica e Editora, 2006.

Em novembro de 1866, Coelho Rodrigues recebe o grau de bacharel. Concluída a etapa da Faculdade retorna ao Piauí em dezembro do mesmo ano. Logo que chega a capital do Estado recebe um convite do Dr. Simplício de Sousa Mendes, chefe do partido conservador para dirigir o jornal do partido, “A Moderação”. Inicia assim sua carreira como jornalista e em 1867, como político, ao disputar uma cadeira para a Assembleia Provincial.

Coelho Rodrigues retorna a cidade de Recife em busca de uma antiga aspiração, a cátedra na efervescente Faculdade de Direito. Recebeu em maio de 1870 o título de doutor em direito; logo após, surge uma vaga na cátedra de direito, e Antônio Coelho Rodrigues submete-se a concurso público, conquistando a aprovação.<sup>58</sup>

Enfim, além de ter exercido com maestria as atividades de professor, jornalista e político, foi antes de tudo um primoroso intelectual. Seus estudos possuíam o propósito de analisar os vícios que o Império possuía e criar um projeto que mantivesse a Nação unida. Pois seu principal interesse consistia em manter a soberania nacional, tal fosse o sistema de governo.

Por contrato de 15 de julho 1890, elaborou um projeto de código civil, redigido em Genebra (Suíça), inspirado no Código de Zurique e nos princípios dominantes na Alemanha. Patrono da Cadeira nº 12 da APL e da Cadeira nº 8 da Academia de Letras da Região de Picos. Redigiu o decreto que estabeleceu o casamento civil. Publicou: “Consultas Jurídicas” (2 volumes - 1873), “Institutas do Imperador Justiniano” (tradução do latim - 2 volumes - 1879 e 1881), “Manual do Súdito Fiel ou Cartas de um Lavrador a sua Majestade, o Imperador” (sobre a questão do elemento servil - 1893), “Projeto do Código Civil” (1897), “A Republica na América Latina” (1905) e “A República na América do Sul” (1906).

## **2.2 Subsídios para formação do Estado Nacional Brasileiro**

O Estado Moderno herdou os vícios deixados pelo velho Império, onde a opressão de alguns sustentava a riqueza de outros, mas, quais as causas de tal herança? Segundo Manoel Bomfim, a sustentação do sistema opressor, no qual apenas uma pequena parcela da população tinha acesso, foi mantido e estruturado pela coerção social. Ele não acreditava na inferioridade racial, mas admitia que a Nação brasileira se encontrava inferior em relação às outras Nações Latinas. Não foi um status alcançado em virtude da miscigenação ou inferioridade angariada pelos descendentes da mistura entre brancos, índios e negros; mas por

---

<sup>58</sup>Ibid.

ser uma população ignorante. É inconcebível que haja uma democracia que atinja a todos que compõem uma Nação, se estes não possuírem a instrução necessária para buscar a implantação efetiva dos direitos que lhes são cabíveis.

Antônio Coelho Rodrigues também acreditava na educação como meio de tornar a Nação brasileira soberana e independente, tanto no que se refere ao exterior como no tocante aos vícios internos, que acabam por tornar uma pátria corrompida. Segundo ele: “A causa, portanto, da inferioridade actual da nossa raça deve ser muito outra, e só póde-ser a organização e a educação da família, que é o seminário e o viveiro dos governantes e dos governados”.<sup>59</sup> A educação deveria, portanto contemplar a instrução para o trabalho pois:

ainda nos domina o funesto preconceito de que as profissões liberais e, sobretudo, as científicas são mais nobres, ou por aparentemente mais difíceis ou por menos acessíveis ao vulgo. Dahi essa inundação de doutores e a escassez de agricultores e industriaes, devidamente preparados para as especialidades das suas profissões.<sup>60</sup>

A liberdade plena, não somente individual, mas da Nação, somente seria possível através da quebra do preconceito em relação ao trabalho. Pois o status quo representava a desigualdade existente entre a população brasileira.

O homem segundo Manoel Bomfim, apesar de possuir aptidões próprias, é a partir do contato com a sociedade que será formado o seu caráter. Pois:

É bem certo que o “homem, ao nascer, não é estátua, virgem de impressões, qual haviam imaginado Bossuet e Condillac”. Ele traz, já bem acentuadas, as suas tendências e aptidões psíquicas; a orientação que tomará o seu espírito, ele já a possui – *um passado todo inteiro contribuiu para formá-la*. Mas não lhe é dado escolher as idéias que irão povoar o seu entendimento e provocar-lhe as faculdades; a sua inteligência forma-se e desenvolve-se à custa das impressões que vêm do meio exterior; a sensibilidade põe-se em ação sob o influxo de estímulos físicos e morais, ligados às condições ambientais. A sua vida afetiva tem de se dobrar, desde logo, à ação educativa da sociedade, dentro da qual ele vive; e a sugestão, a imitação, a ação coercitiva do meio vão quebrar todas as arestas vivas do seu caráter herdado. Pode-se dizer que as tendências e as inclinações, a aptidão e o vigor, isto nós herdamos; e que a educação – no sentido mais extenso do termo – completa a formação do caráter, no sentido da tradição e da adaptação.<sup>61</sup>

A condição de inferioridade imposta aos países da América do Sul não foi, portanto, adquirida, pela miscigenação; mas, pelo fato desta concepção ter sido sustentada durante muito tempo no meio social. O Brasil desde a sua colonização trás em sua história tal

---

<sup>59</sup>RODRIGUES, A. Coelho. **A República na América do Sul ou Um Pouco de Historia e Critica**. 2ª Ed. Suíça: BENZIGER & Co. S. A., 1906.

<sup>60</sup>Ibid.

<sup>61</sup>BOMFIM, Manoel. **A América Latina: males de origem**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

concepção, pois, a educação que inicialmente era destinada apenas para aqueles que tinham condição de pagar por ela, mostra-se inútil para os que necessitavam trabalhar para garantir o seu sustento.

O trabalho não era algo que dignificava o homem, ao contrário, era considerado como degradante e destinado apenas para as classes mais pobres. Essa concepção torna-se o principal entrave para o desenvolvimento do país. Segundo Coelho Rodrigues nós instruímos nossos filhos:

para os empregos públicos e para os cargos públicos, e, se não estamos muito enganados, a herança necessária, secundada pelo contágio do exemplo, pela mania de imitarmos o que não somos, e pelo atavismo deste vício, é o micróbio original da epidemia que vai operando a destruição da raça latina.<sup>62</sup>

Para ele a educação deveria ser útil; o desenvolvimento da intelectualidade não deveria representar a degradação do trabalho, pois somos inferiores, segundo Coelho Rodrigues, até mesmo que os Anglos - saxões que ensinam aos seus filhos a trabalhar ganhando independência na vida pessoal e particular. Enquanto que os filhos nascidos na América do Sul foram educados de forma para herdar dois vícios, “mais brasileiros que as cores da bandeira [...] a preguiça, que é a invalidez dos validos, e para o luxo, que é o delírio da riqueza”.<sup>63</sup>

Manoel Bomfim, por sua vez, destaca a importância da instrução popular, visto que seria impossível o desenvolvimento do país sem uma educação que atingisse todas as esferas da sociedade. Uma transformação genuína que fosse capaz de tirar a América Latina do atraso em que se encontrava frente às outras Nações, somente seria possível através da educação básica, do contrário:

Dir-se-ia que tais homens são incapazes de acompanhar os fenômenos sociais até a sua origem, e por isto pretendem colher os frutos, sem preparar a sementeira; constroem à chinesa: apuram a instrução superior, antes de propagar a primária – fazem doutores para boiar sobre uma onda de analfabetos. Em vez do ensino popular, que prepare a massa geral da população – elemento essencial numa democracia, em vez da instrução profissional-industrial, donde tem saído o progresso econômico de todas as nações, hoje ricas e prósperas – em vez disto, reclamam-se universidades – já alemãs, já francesas.<sup>64</sup>

---

<sup>62</sup>RODRIGUES, A. Coelho. **A República na América do Sul ou Um Pouco de Historia e Critica**. 2ª Ed. Suíça: BENZIGER & Co. S. A., 1906.

<sup>63</sup>Ibid.

<sup>64</sup>BOMFIM, Manoel. **A América Latina: males de origem**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

Portanto, segundo Manoel Bomfim, somente a educação poderia criar uma democracia libertadora, tanto no quesito individual, quanto em relação à Nação. O voto deveria representar o principal instrumento de uma democracia, mas sem a instrução adequada, não passa de mais um meio de ludibriar e manter sob controle a “massa” em geral. O chamado voto popular não existiria, nem que as classes dominantes assim desejassem, já que, a população não possuía a consciência de seus direitos e deveres, nem a astúcia necessária para usá-los.

Já Coelho Rodrigues sobre o voto afirma que:

A garantia dos direitos individuais passou da história para a fabula, com as reformas iniciadas pelo terceiro Paulista, e a eleição, que devia ser o título dos principais órgãos do poder publico, e garantir a representação da minoria, converteu-se n’uma tragi-comedia, cujos papeis são distribuídos pelo Eleitor-mór do Cattete, e representados pelos seus comparsas, os Grandes Eleitores, das Satrapias, em que se convertem as províncias do Império. As nossas leis sobre eleições e fallencias tem sido as mais reformadas, nos últimos tempos, e cada reforma tem sido causa ocasional de novas fraudes e violências contra os direitos do votante.<sup>65</sup>

Como podemos perceber mesmo após a República, o direito ao voto, além de ser restrito, não representava o direito comum. Mesmo tendo sofrido várias mudanças na Constituição, o direito ao voto continuou falido, pois além de não alcançar o interesse geral, não reflete o que acontece na realidade.

Sobre a exploração Bomfim destaca o afinco com que as classes mais abastadas buscavam o mantimento de sua riqueza usando o trabalho de outras pessoas, já que:

Só o escravo trabalhava, só ele era produtivo: “nenhum braço português tocava os engenhos, nas roças de S. Tomé ou do Brasil”, E com isto resultou que o trabalho foi considerado, cada vez mais, como coisa vil, infamante. O ideal para todos era viver sem nada fazer – ter escravos e à custa deles passar a vida e enriquecer. Este ideal aí persiste como tradição. Ainda hoje, mesmo os homens que conseguiram pelo seu labor próprio e esforço pessoal uma situação social desafogada e próspera, mesmo estes, só aspiram para os filhos às profissões em que lhes parece que não será preciso trabalhar; e quando, pelas vicissitudes da fortuna, um rapaz das classes medianas se vê forçado a ganhar a vida *trabalhando*, ei-lo que emigra: “tem vergonha de trabalhar no meio daqueles que o conhecem.”<sup>66</sup>

A partir desta concepção foi mantida a ideia de que o trabalho escravo era uma necessidade, pois, quem manteria a produção com o mínimo de gastos? Somente “os escravos negros – coagidos pelo açoite – adaptaram-se, habituaram-se a trabalhar o mais possível e a

<sup>65</sup>RODRIGUES, A. Coelho. **A República na America do Sul ou Um Pouco de Historia e Critica**. 2ª Ed. Suissa: BENZIGER & Co. S. A., 1906.

<sup>66</sup>Ibid.

viver com o mínimo de conforto de alimentação; os que se não a faziam a isto pereciam. Assim, morreram os milhões de africanos importados para engordar os colonos espanhóis e portugueses”.<sup>67</sup> A escravidão representou durante mais de 3 séculos a principal força econômica, do Brasil. Sua extinção era contestada e retardada exatamente em virtude de sua importância no setor econômico.

Para Bomfim “a escravidão na América do Sul foi à abjeção moral a degradação do trabalho, o embrutecimento e o aniquilamento do trabalhador; e foi também a viciação da produção, gerando males de efeitos extensíssimos”. Ele defende que a escravidão representa o atraso dos países da América do Sul. A dependência inescrupulosa do sistema escravocrata acaba por manter a sustentação dos vícios e o conformismo da população menos abastada. Somente a partir do reconhecimento dos direitos do indivíduo enquanto cidadão, é que tal situação poderia ser transformada.

Enquanto a concepção de trabalho escravo não fosse definitivamente substituída, pelo conceito de trabalho assalariado, o progresso e o desenvolvimento do país não poderiam ser alcançados. Porque, enquanto o escravo desenvolvia um trabalho rudimentar, com uma produção mais lenta, a indústria permitiria uma produção rápida e com mais qualidade. O desenvolvimento industrial possibilitaria assim, otimizar o tempo e produzir em larga escala, gerando mais lucro tanto para os produtores, quanto para o trabalhador.

Contudo, a concessão da liberdade ao escravo não representava nada sem o devido preparo para inserir-los na sociedade. Apesar dos esforços empreendidos para dar fim ao sistema escravista no Brasil, nunca houve uma real preocupação em dar condições aos ex – escravos de proverem seu próprio sustento.

Neste aspecto, Antônio Coelho Rodrigues apesar de ser considerado conservador e monarquista, fundou a Associação Manumissora, com o objetivo de libertar os escravos, ele não era a favor do abolicionismo em si, mas, a concessão da liberdade através da carta de alforria. Ao falar sobre esse movimento do Piauí, Ana Regina Rêgo nos mostra que:

apesar de o Partido Conservador nacional ter posição contrária ao abolicionismo, é nos gabinetes conservadores que as leis emancipacionistas ganham vez. Muitos conservadores piauienses aderem à causa, como Antônio Coelho Rodrigues, que funda instituições emancipadoras e lidera o movimento na província.<sup>68</sup>

---

<sup>67</sup>Ibid.

<sup>68</sup>REGO, Ana Maria Barros Leal. **Imprensa Piauiense: atuação política no século XIX**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves. 2001.

Sua posição referente ao abolicionismo consistia na preocupação sobre como essa leva de indivíduos, na maioria, analfabetos, desempregados e sem nenhuma qualificação profissional seria absorvido pela sociedade. Pois, estavam sendo “jogados” nas ruas sem qualquer planejamento, deixando no prejuízo os seus antigos senhores, e os próprios escravos libertos, já que, para o trabalho assalariado os produtores preferiam utilizar a mão de obra estrangeira.

Ele defendia a instrução dos ex-escravos e a promoção da liberdade de forma gradual e planejada, para que este pudesse ter condições de produzir seu próprio sustento. Pois do contrário:

Vossa Magestade, que não tem outra renda senão a lista civil, e talvez não encontre, no dia seguinte ao da abolição, oito mil cidadãos, para substituírem aos outros tantos escravos, hoje ao serviço daquela verba: Vossa Magestade que não poderá ter n'aquelle dia trabalho para empregar um milhão de libertos, nem força para conter a um milhão de ociosos, ou celleiros para saciar a um milhão de famintos, carece de reflectir um pouco mais, e de ser um pouco menos entusiasta dos senhores abolicionistas.<sup>69</sup>

Como fruto de mais uma de suas contradições, apesar de ter criado meios para libertar os escravos, Coelho Rodrigues afirma que assim como a Monarquia, a escravidão também teve sua razão de ser. E tal qual o sistema monárquico ainda não havia chegado a hora de sua extinção.

Somente através de um planejamento adequado e de uma instrução popular, que alcance até mesmo os negros libertos, é que seria plausível pensar em uma mudança. Já que através da educação para o trabalho, daria aos negros libertos a condição de se manter, e o governo conseguiria, assim, incluí-los na sociedade fazendo deles a força produtiva.

Como podemos perceber a educação representava a mola propulsora de uma transformação que contemplaria, não apenas uma mudança de pensamento, mas, de comportamento. A soberania Nacional somente seria plenamente alcançada através do reconhecimento perante as outras Nações pois:

A verdade é que tais nações consideram a América meridional como um reino encantado de riquezas, e ao mesmo tempo consideram as populações que por aqui vivem como absolutamente incapazes de fazer valer estas riquezas, e de as defender eficazmente contra um invasor forte. E é por isto, principalmente, que os povos sul-americanos são tidos como inferiores. Pouco importa que eles estejam constituídos em nações, que se chamam a si mesmas de soberanas e modernas... Pouco importa: realmente, a Europa não as trata de igual para igual, nem lhes reconhece a soberania

---

<sup>69</sup>RODRIGUES, Antonio Coelho. **Manual do súbdito fiel ou cartas de um lavrador a sua magestade o imperador sobre a questão servil**. Rio de Janeiro. Typ. E Lth. De Moreira, Maximino & C. 1884.

efetiva. Não lhe parece sejamos povos a quem se deva respeito... Ora, a conduta das grandes nações civilizadas para com os povos fracos, estabelecidos em territórios férteis, tem sido uma só, única e invariável: agredi-los, tiranizá-los, ou destruí-los quando não é possível reduzi-los a colonos dóceis. Só há um meio de impedir essa agressão: é o levantar-se diante dessas nações, levantar-se vigoroso, armado, decidido e apercebido de tudo, rivalizando com elas, não só em força, mas, principalmente, em competência.<sup>70</sup>

A preocupação de Coelho Rodrigues com a implantação da República era justamente a falta de capacidade do governo em se mostrar Soberano perante os países aliados, bem como ante os inimigos. Ele defendia a necessidade de fortificação das fronteiras, mas como fazê-lo se a nossa Pátria estava tão escassa de recursos bélicos de terra e de mar?

Antônio Coelho Rodrigues, tal qual Manoel Bomfim, não acreditava em uma democracia sob a perspectiva em que esta se formava em solo brasileiro. Em uma população forjada sob conceitos imperialistas, onde a ascensão dependia de algum título de doutor ou da ajuda de algum padrinho. Não havia espaço para o cultivo de igualdade nem de liberdade, pois aqueles que não faziam parte do seletivo grupo que agia no campo político e econômico, encontravam-se relegados ao trabalho duro e a marginalização social.

Não houve revolta, a República não representou uma transformação, nem ao menos as pessoas a quem deveria importar a sua implantação, tiveram participação efetiva na constituição do Brasil democrático, pois “o povo assistiu à proclamação, não diremos, como um dos seus ministros, bestificado, mas indiferente e, no meio das salvas e festas oficiais, não se ouviu um só foguete”.<sup>71</sup>

A democracia nos países da América do Sul não representava apenas uma utopia, mas um absurdo pois:

Sem a instrução da massa popular, sem o seu realçamento, não é só a riqueza que nos faltará – é a própria qualidade de gentes entre as gentes modernas. Pouco importa o que está inscrito nas Constituições, que as camadas políticas vão depositando nos armários oficiais. Como estamos, não somos nem nações, nem repúblicas, nem democracias. A democracia moderna é um produto do progresso; e nós somos, ainda, uma presa do passado, recalcitrante em tradições e preconceitos, que não soubemos vencer ainda. Querer um regime moderno, com as almas cristalizadas nos costumes de três séculos atrás, não é uma utopia – é uma monstruosidade. Proclamar democracia e liberdade, e manter e defender as condições sociais e políticas das eras de absolutismo, é mais que insensato – é funesto, mais funesto que o próprio absolutismo formal. Este é criminoso, mas é pelo menos lógico; o crime pode ser lógico sem deixar de ser crime; o regime de democracia sem povo é absurdo.<sup>72</sup>

<sup>70</sup>BOMFIM, Manoel. **A América Latina: males de origem**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

<sup>71</sup>RODRIGUES, Antônio Coelho. **Manual do súbdito fiel ou cartas de um lavrador a sua magestade o imperador sobre a questão servil**. Rio de Janeiro. Typ. E Lth. De Moreira, Maximino & C. 1884.

<sup>72</sup>BOMFIM, Manoel. **A América Latina: males de origem**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

Bomfim nos mostra que a República não tem razão de ser, se não houver um comprometimento, ou mesmo um entendimento, por parte dos indivíduos que compõem uma Nação. Somente a partir da instrução se torna possível o desenvolvimento de um pensamento crítico e a possibilidade de atuação nas decisões que tangem a esfera política, social e econômica.

Ao falar sobre a implantação da República no Brasil, Coelho Rodrigues demonstra que o país não estava preparado para uma mudança de governo, posto que, sua mentalidade ainda permanecia arraigada em costumes tradicionais e arcaicos. A República, segundo ele, representava “a evolução natural dos acontecimentos, mas para tanto seria necessário estar preparado e amadurecido para receber dentro as virtudes trazidas pela nova forma de governo a República”.<sup>73</sup>

Tanto Coelho Rodrigues quanto Manoel Bomfim, acreditavam que era necessário uma mudança nas estruturas sociais e políticas que sustentavam o Brasil Império; para que chegando ao fim, não representasse também o fim da soberania da Nação brasileira.

Coelho Rodrigues com uma visão mais moderada, acreditava que a Monarquia deveria ser mantida por mais tempo, até que outra mentalidade fosse gradualmente criada e desse sustentação, ao que ele denomina de República verdadeira. Do contrário, corríamos o risco de ter o país imerso na desordem e no caos. Como exemplo nos basta a realidade vivenciada pelos países vizinhos, que, após a República encontram-se em uma situação de desordem pior que a anterior. Como o Uruguai que tinha em seu estado normal a guerra civil, após se declarar independente e soberano continuou a sua luta fratricida, parando apenas para começar outra. Portanto, a República em solo americano não foi capaz de dar sustentação social, econômica e política que tanto se buscou.

Já Manoel Bomfim acredita que uma mudança verdadeira somente poderia acontecer através da difusão da instrução popular, e que seu grande feito foi ter dado fim a hereditariedade que a Monarquia representava. Pois o direito de governar que antes era passado de pai para filho, ainda que de forma torpe, passa a ser determinado pelo voto.

Manoel Bomfim retrata também a condição do Brasil sob a concepção do parasitismo, onde toda a riqueza existente no país é extraída sem qualquer pudor ou reembolso. O Brasil desde a sua colonização sofreu com a exploração indiscriminada da metrópole portuguesa. Os efeitos sofridos em virtude deste parasitismo, foi a criação de uma cultura de dominação; o

---

<sup>73</sup>RODRIGUES, A. Coelho. **A República na América do Sul ou Um Pouco de História e Crítica**. 2ª Ed. Suíça: BENZIGER & Co. S. A., 1906.

enriquecimento era alcançado em detrimento de outros, como os escravos africanos e indígenas.

Para ele assim como o colono era parasita dos escravos, o Estado consumia os colonos e as riquezas extraídas em toda parte do solo nacional, e este por fim era consumido pela Igreja Católica. Esta segundo Bomfim, representava o principal entrave para o desenvolvimento do país, pois, além de consumir suas riquezas, deixava os povos a mercê das tradições e, portanto, sem o devido uso da razão. Para ele a Igreja Católica que é protegida pelo Estado:

estende a sua trama sobre a nova sociedade que se vai formando; escraviza os espíritos, assegura a obediência das populações, semeia superstições, de modo a tornar quase impossível qualquer tentativa de reforma e progresso social. É a escravidão absoluta, intelectual e moral. Ao mesmo tempo, explora como pode o trabalho das pobres raças escravizadas, enriquece com ele, e lá vai para Roma, ou para onde for mister, todo o fruto do trabalho de milhares e milhares de índios e negros.<sup>74</sup>

Na teoria do parasitismo que Bomfim sustenta, a Igreja representa mais uma das invenções trazidas pelos europeus durante a colonização, como forma de manter a sustentação do sistema opressor que operava em quase toda a América Latina. Para ele a valorização das “coisas” estrangeiras, destrói a possibilidade de uma verdadeira Revolução. Somente a partir do reconhecimento do ser nacional, torna-se possível operar uma mudança significativa nas questões que impedem o desenvolvimento do país.

Já Coelho Rodrigues, em virtude de sua formação *jus naturalista*, buscava uma união entre os conceitos religiosos e a razão. Segundo ele o novo regime: “abolio o culto oficial da religião do povo quase unanime, deixando impressó na nossa bandeira, no Diario Official e nas nossas leis o cunho de outra, que parece um aparodia daquela; - prohibio o casamento religioso num paiz catholico”.<sup>75</sup>

Para ele essas medidas representam a causa da quebra antecipada do novo regime. O casamento era algo natural, concedido por Deus, representando, assim, a união da família. Instituir o casamento civil deixando de lado o compromisso que o casamento religioso representa, acaba por se tornar o centro das mazelas da Nação, posto que, é na família que se educa os governantes. Sem a obrigação de se manter unido sob qualquer circunstância, já que com o casamento civil surge também o divórcio; a família se desnatura.

---

<sup>74</sup>BOMFIM, Manoel. **A América Latina: males de origem**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

<sup>75</sup>RODRIGUES, A. Coelho. **A República na América do Sul ou Um Pouco de Historia e Critica**. 2ª Ed. Suíça: BENZIGER & Co. S. A., 1906.

Coelho Rodrigues destaca, também, a forma indiscriminada com que o novo regime esgota as riquezas da Pátria. Apesar de ser algo herdado do antigo Império, os novos governantes buscaram apenas o próprio enriquecimento. Para ele é mais fácil sustentar um leão já saciado, do que uma matilha de lobos famintos. Sendo assim, manter o antigo regime que já se encontrava farto era mais lucrativo do que o novo sistema, pois, este estaria mais preocupado em acumular riquezas, não lhe sobrando tempo para agir em prol do bem comum.

Outra questão abordada por Manoel Bomfim é sobre a imitação. Os historiadores brasileiros apoiavam suas teses em escritores estrangeiros como Herbert Spencer como seu estudo sobre a seleção natural e Thomas Buckle sobre o determinismo geográfico. Tais autores eram utilizados como fundamento para explicar a inferioridade racial existente no Brasil. Eles buscavam compreender as mazelas do país, aplicando conceitos europeus. Para Bomfim somente a partir de uma adaptação, respeitando a realidade e as necessidades do país e valorizando o caráter nacional, seria possível amenizar a visão de inferioridade racial.<sup>76</sup>

Coelho Rodrigues, também é favorável à adequação as reais necessidades do país. Ele acredita que a nova Constituição aplicada no Brasil não é válida, pois, não foi instituída segundo o interesse e as preocupações existentes no país. Sendo moderado referente à suas ideias, ele acredita que somente a partir da restauração do sistema Monárquico, seria possível manter a união e a soberania nacional. Contudo, só aceita a volta ao passado como remédio aos males do presente, que parecem incuráveis pelos meios estabelecidos.<sup>77</sup>

Em contrapartida, Manoel Bomfim acredita na revolução, não nos moldes que ocorreu na Rússia, pois no Brasil não havia operários suficientes, nem existia um nível profundo de sentimento revolucionário. Contudo, a partir da instrução popular, o povo reconheceria sua importância e seus direitos, passando a exercê-los sem o controle de indivíduos externos.

A República não conseguiu fincar raízes sólidas nos países da América Latina, pois não houve mudança nos sujeitos que a determinaram:

Na América do Sul, essa política conservadora mais se agrava porque é generalizada – para todos os partidos. Não é só por interesse, é por herança, por educação. Mesmo os mais ousados entre os homens públicos, os mais revolucionários, são tão conservadores como os conservadores de ofício. Ou pela ambição do poder, ou mesmo pelo desejo real de concorrer para o bem do país, cujo mal-estar provoca as revoluções, eles entram nelas, subscrevem reformas, proclamam novos direitos; mas são tão impróprios para os cumprir como o mais pétreo dos conservadores. São revolucionários até a hora exata de fazer a revolução, enquanto a reforma se limita

---

<sup>76</sup>AGUIAR, Ronaldo Conde. **O rebelde esquecido**: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim. Rio de Janeiro:Topbooks, 2000.

<sup>77</sup>RODRIGUES, A. Coelho. **A República na América do Sul ou Um Pouco de História e Crítica**. 2ª Ed. Suíça: BENZIGER & Co. S. A., 1906.

às palavras; no momento da execução, o sentimento conservador os domina e o proceder de amanhã é a contradição formal às idéias. Começa porque, mesmo revolucionários hoje, a sua aspiração mais viva é ver, no dia seguinte, toda a gente conforme com os seus atos, é ver que todos vêm aderir a eles. E a adesão se faz efetivamente; não há nada que se oponha a isto; amanhã será tudo como ontem.<sup>78</sup>

Os indivíduos que se encontravam frente à Monarquia, passam a favorecer a implantação da República. Não quer dizer que acreditavam no que este sistema deveria representar, mas nas oportunidades que traria consigo. Com a ilusão de igualdade trazida pela República, seus representantes vislumbraram a possibilidade de ascender ao poder, posto que com o fim da hereditariedade, o acesso se tornaria mais fácil. Não significava uma perspectiva a ser alcançada por todos, mas, apenas para aqueles que já participavam do jogo de interesses durante a Monarquia.

Corroborando este pensamento Coelho Rodrigues afirma que a República não passa de uma farsa, pois os agentes responsáveis pelo estabelecimento desta, eram os mesmo que representavam a Monarquia. Quando a Monarquia estava prestes a ser execrada, passaram a se denominar republicanos como se jamais tivessem feito qualquer esforço para manter o Monarca.

O sistema republicano já começa, portanto, com suas virtudes corrompidas. A democracia que tanto se pregou em discursos acalorados, tem seu sentido deturpado. Os direitos que tanto se almejou são restritos a uma pequena parcela da população. Como nos mostra José Murilo de Carvalho a República não alcançou, no Brasil, o status de um regime popular, já que, “não havia caminhos de participação, a República não era para valer”<sup>79</sup>.

Sendo assim, o que vemos com:

o pomposo nome de Republica, indevidamente usurpado e constantemente repetido, para embahir os que não a conhecem, senão de ouvida vaga, está convertido em um verdadeiro conto do vigário; a federação não passa de uma bandeira esfarrapada, que mal cobre o contrabando da politica dos Governadores que, com rara excepções, formam um sindicato secreto, de gigantes e pygmeus, contra as eleições, que são a base das democracias, contra os direitos privados, sobre tudo na sede da União, e em prol do tríplice fisco, que opera como três gravateiros associados, a limpeza das algibeiras do contribuinte. E, todavia, quem poderia esperar isto dos primeiros actos que se seguiram a proclamação da República, e da generosidade de seus princípios!<sup>80</sup>

<sup>78</sup>BOMFIM, Manoel. **A América Latina: males de origem**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

<sup>79</sup>CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi**. 3ªed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

<sup>80</sup>RODRIGUES, A. Coelho. **A República na America do Sul ou Um Pouco de Historia e Critica**. 2ª Ed. Suíssa: BENZIGER & Co. S. A., 1906.

Assim podemos perceber que Coelho Rodrigues não acredita nas virtudes trazidas pela República. Segundo ele tal sistema não respeita em nada o país e muito menos o bem comum. Não significa que não almejasse a democracia, mas, que o novo sistema não tinha o menor interesse em buscá-lo.

Manoel Bomfim procurou não apenas o conhecimento das consequências, mas antes, as causas para o atraso dos países da América Latina. Ele formulou princípios norteadores para a construção das nações latino-americanas e, portanto, brasileira sob um modelo progressista, ou seja, de uma nação que superasse o atraso e obtivesse a sua soberania nacional.

Segundo Bomfim, somente a partir de um grande esforço de reelaboração da educação seria possível levar esses países à condição de ser, de fato, “senhor dos seus destinos”, somente a educação garantiria a soberania nacional.

Em um momento onde o atraso do país é descrito como sendo resultado da questão racial, Manoel Bomfim entra em discordância com tal tendência e descreve em sua obra *A América Latina: Males de Origem*, sobre a questão intelectual. Somente a partir de uma educação para a população em geral, seria possível alcançar o pleno desenvolvimento da Nação e o progresso do país.

Já Antônio Coelho Rodrigues analisa a situação atual do país, e faz uma projeção das medidas que deveriam ser tomadas, para que a dissolução do Brasil não se tornasse realidade. Nacionalista ao extremo põe sempre em primeiro lugar os interesses da Nação.

As idéias expressas por Manoel Bomfim são consideradas muitos além das concepções de seu tempo. As teorias científicas do período falam da determinação da raça, sua superioridade e os reflexos que esta tem sobre a configuração da sociedade no século XIX. Bomfim se posiciona contrário a esses pensamentos recebendo muitas críticas sobre sua obra, a mais ferrenha delas foi à crítica empreendida por Silvio Romero, principalmente no que tange a questão do evolucionismo.<sup>81</sup>

Em um momento onde a Nação estava sendo formado, Manoel Bomfim como filósofo, historiador e pedagogo buscou não apenas entender o que se passava na América Latina, mas, antes, entender as causas para tal situação.

---

<sup>81</sup>NUNES, Maria Thetis. **Silvio Romero e Manoel Bomfim**, pioneiros de uma ideologia nacional. EDUFS, Aracaju,1976.

Seu estudo apesar de ser tido como utópico, trás no final a compilação de sua ideia: “sejamos utópicos desde que trabalhemos”.<sup>82</sup> Ele não acreditava na passividade, não existe mudança sem que haja trabalho. Apesar de ser considerado por muitos como utopista, Manoel Bomfim afirma que a utopia mantém viva a esperança e o desejo de mudança. Mas o ponto chave é o trabalho, pois somente através deste é que se torna possível alcançar as metas que são delineadas.

Enquanto Coelho Rodrigues, ao buscar manter a união e a soberania nacional acaba sendo relegado ao ostracismo. Seu posicionamento favorável apenas aos interesses da Nação acaba lhe rendendo uma série de inimigos. Tanto do lado conservador, quanto do lado republicano. Ele não esperou, como muitos, pela queda de um governo para aderir a outro. Quando falava sobre a questão nacional, para ele, não importava o sistema de governo, apenas a Pátria. Esta deveria representar o ápice das preocupações governamentais.

Dois indivíduos com formações em áreas completamente opostas, tiveram significativa importância na história da formação do Estado Nacional Brasileiro. Seja revisando a Constituição, que apesar de ser muito eloquente nas palavras, não saiu do papel. Seja propondo uma reestruturação da educação nacional para que o indivíduo possa enfim ser dono de suas escolhas.

---

<sup>82</sup>BOMFIM, Manoel. **A América Latina: males de origem**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história do pensamento social brasileiro, por vezes acaba sendo excludente e parcial, omitindo muitas vezes a importância de alguns autores. Trazer esses trabalhos para o campo de discussões da historiografia é trabalho do historiador. O indivíduo não está livre das interferências do meio, pois não existe neutralidade. Portanto, compreender o discurso trazido por intelectuais como Antônio Coelho Rodrigues e Manoel Bomfim, nos possibilita também entender as inquietações que permeiam o meio social do período sobre o qual escreveram.

Dessa forma através de seus discursos percebemos que o Brasil desde a sua colonização sofreu um grande processo de exploração. Séculos depois sua condição não se alterou, pois o monopólio e a busca pelo enriquecimento individual continuaram. Durante séculos o que ocorreu foi apenas uma mudança de nomenclatura, o sistema opressor e abusivo continuou a exercer sua influência sobre a grande maioria da população.

A República que deveria trazer em seu bojo uma verdadeira transformação social e política, já chegou em solo brasileiro deturpada. Já que esta foi copiada de um país com uma realidade completamente oposta a vivenciada no Brasil. Manoel Bomfim nos mostra que somente a partir de uma reestruturação no sistema educacional, seria possível promover uma mudança efetiva no país, pois ao se tornar consciente de seus direitos e deveres, o cidadão, poderia de fato exercer a democracia. Assim, o país se tornaria unido no interior e, enfim, se apresentaria exteriormente como uma potência.

Definir a Soberania Nacional também era uma preocupação constante nos escritos de Coelho Rodrigues. Ele defende a qualquer custo os interesses da Nação, apresentando-se, assim, durante a sua jornada sobre vários aspectos. Ora monarquista ora republicano seu objetivo estava pautado em proteger a união da Nação. Pois, a forma sob a qual se erigiu a República, deixaria o país a mercê das outras potências e conseqüentemente se instalaria o caos. O sistema republicano deveria representar o futuro do país, mas, somente a partir de um aprimoramento gradual para que o novo sistema pudesse substituir o anterior sem que a Nação fosse prejudicada.

Em suma, o projeto de Nação formulado por Coelho Rodrigues tinha o objetivo de fortalecer o país, para que, quando chegasse o momento, o Brasil fosse capaz de receber as virtudes trazidas pela verdadeira República, o que infelizmente não ocorreu.

Por fim, cabe mencionar que as diferentes versões sobre a realidade nacional é de extrema importância para a historiografia brasileira, pois as várias interpretações só tendem a enriquecer a história política do país.

Antônio Coelho Rodrigues é um personagem singular na História Política do Brasil. Apesar do crescente esforço em trazer a tona às ideias deste brilhante intelectual, sua obra e sua vida constituem um leque de possibilidades, pois suas contradições e antagonismos angariados no decorrer de sua jornada, ainda constituem uma série de espaços vazios a serem preenchidos pelos historiadores entusiasmados com a história política do Brasil.

**FONTES:**

BASILE, Marcelo Otávio N. de C. **Consolidação e Crise do Império**. In: LINHARES, Maria Yedda (org.). **História Geral do Brasil**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

BOMFIM, Manoel. **A América Latina: males de origem**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

RODRIGUES, A. Coelho. **A República na America do Sul ou Um Pouco de Historia e Critica**. 2ª Ed. Suissa: BENZIGER & Co. S. A., 1906.

\_\_\_\_\_. **Manual do súbdito fiel ou cartas de um lavrador a sua magestade o imperador sobre a questão servil**. Rio de Janeiro. Typ. E Lth. De Moreira, Maximino & C. 1884.

**REFERÊNCIAS:**

AGUIAR, Antonio Chrysippo de. **Direito Civil: Coelho Rodrigues e a ordem de silêncio**. 1a ed. Teresina: Halley S. A. Gráfica e Editora, 2006.

AGUIAR, Ronaldo Conde. **O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

ALONSO, Angela. **Idéias em Movimento: A geração de 1870 na crise do Brasil – Império**. São Paulo: Editora Paz e Terra S/A, 2002.

ALVES, Angela Limongi Alvarenga. **Constitucionalismo e Democracia: Soberania e Mito Constitucional**. 2012.

ARAÚJO, Johny Santana de. **Bravos do Piauí Orgulhai-vos. Sois dos mais bravos batalhões do Império: A propaganda nos jornais piauienses e a mobilização para a guerra do Paraguai 1865-1866**, Teresina: Edufpi, 2011.

BASBAUM, Leôncio. **História Sincera da República**. Das origens a 1889. 5ª Ed. São Paulo: Alfa - Omega, 1986, p.278.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora da UNB, 11ª Ed., 1998. Vol. 1.

BOMFIM, Luís Paulino. Pequena biografia de Manoel Bomfim. In: BOMFIM, Manoel. **A América Latina: males de origem**. Edição do centenário. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.

BRANDÃO, Tanya Maria Pires. **A elite colonial piauiense: familiar e poder**. Teresina: FCMC, 1995.

CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi**. 3ªed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

\_\_\_\_\_. **A formação das almas. O imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

\_\_\_\_\_. **Nação e Cidadania no Império: Novos Horizontes.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

\_\_\_\_\_. **Teatro das Sombras: A Política imperial.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996.

CERTEAU, Michel de. **A operação da história.** In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novos problemas.* 2ª Ed. Rio de Janeiro: F Alves, 1998.

CHÂTELET, François; DUHAMEL, Olivier; PISIER-KOUCHNER, Evelyne. **História das Idéias POLÍTICAS.** [Trad. Carlos Nelson Coutinho] 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1990.

CHAVES, Monsenhor. Antonio Coelho. In: \_\_\_\_\_ **Apontamentos bibliográficos e outros.** Obra Completa. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 1998.

COSTA, Emilia Viotte da. **Da monarquia e Republica: momentos decisivos.** São Paulo: UNESP, 1998.

JANATTI, Maria de Lourdes Mônaco. **O Diálogo Convergente: Políticos e Historiadores no início da Republica.** In: FREITAS, Marcos Cezar de. **Historiografia Brasileira em Perspectiva,** 2005.

MOTA, Carlos Guilherme.(org). **Brasil em Perspectiva.** Corpo e Alma do Brasil. 5º Ed. Difel, 1974.

MOTT, Luiz. **Piauí Colonial: população, economia e sociedade.** Teresina: FUNDAC - Coleção Grandes Textos, 2010.

MULLER, Friedrich. **Quem é o povo?** A questão fundamental da democracia. 2ª Ed. São Paulo: Editora Max Limonad, 2000.

NUNES, Maria Thetis. **Silvio Romero e Manoel Bonfim,** pioneiros de uma ideologia nacional. EDUFS, Aracaju, 1976.

REGO, Ana Maria Barros Leal. **Imprensa Piauiense: atuação política no século XIX.** Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves. 2001.

SENA, Tatiana. **Narrar a República: Interfaces entre literatura e história.** In: Anais do Seta. Campinas. Número 4, 2010.

SIEYÈS, Emmanuel Joseph. **O que é o terceiro estado?** Trad. Norma Azeredo. Rio de Janeiro: Liber Juris, 1988.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América: sentimentos e opiniões: de uma profusão de sentimentos e opiniões que o estado social democrático fez nascer entre os americanos.** São Paulo: Martins Fontes, 2000.